

Sanear

A REVISTA DO SANEAMENTO BÁSICO



Associação das Empresas
de Saneamento Básico
Estaduais

Ano V • nº 14 • Junho/2011

PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO: DIALOGA COM A SOCIEDADE E APRESENTA CAMINHOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



SEMINÁRIO DA AESBE DISCUTE
“A SUSTENTABILIDADE DA
GESTÃO DO SANEAMENTO”

NOVO PRESIDENTE DA AESBE
APRESENTA QUESTÕES
IMPORTANTES DO SETOR

TARIFA SOCIAL É
INSTRUMENTO FUNDAMENTAL
PARA O ACESSO UNIVERSAL



Boas notícias para o meio ambiente e para a população de Mato Grosso do Sul.



Pantanal sul-mato-grossense: Patrimônio da Humanidade, Reserva da Biosfera

Sanesul faz o maior investimento em água e esgoto da história de Mato Grosso do Sul

A Sanesul e o Governo do Estado realizam o maior investimento em saneamento da história de Mato Grosso do Sul, totalizando R\$ 420 milhões em pouco mais de quatro anos. Deste total, 69% estão sendo aplicados em ampliação do sistema de esgotamento sanitário. Com a conclusão das obras em andamento, a rede de coleta e tratamento de esgoto existente vai dobrar em pouco mais de cinco anos. As obras estão sendo realizadas em parceria com o Governo Federal - 61% dos investimentos são recursos próprios da Sanesul e do Governo do Estado. A Sanesul faz a sua parte, prestando serviços de qualidade em abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo para a saúde, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico do Estado.



2011: ano de muito trabalho

Em 2011, é importante que os assuntos estratégicos para as companhias de saneamento sejam objeto de planejamento, visando à implementação no curto, médio e longo prazo. Entre esses assuntos estão a desoneração tributária do setor voltada para a universalização, especialmente a desoneração do PIS/Cofins. A gestão compartilhada entre estados e municípios nas regiões metropolitanas e em sistemas integrados já é orientação de alguns ministros do STF. Por isso é que a Aesbe deve trabalhar junto ao STF, tendo como base o voto do ministro Gilmar Mendes e os estudos realizados pelo professor Luiz Roberto Barroso.

Reivindicaremos a dilatação dos prazos para firmar Contratos de Programa, considerando que o prazo para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento foi prorrogado para 31/12/2013 e que os últimos são pré-requisitos para os primeiros.

A Aesbe reacenderá o debate sobre as tarifas do saneamento. O comprometimento da renda familiar com os serviços de água e esgoto é menor do que com os demais serviços essenciais. Vale ressaltar que a população de baixa renda, passando a ter acesso aos serviços de água e esgoto, deve contar com subsídios diretos ou indiretos para que possa pagar integralmente pelo que recebe. É fundamental que o esforço da universalização não se limite às obras, mas, também, garanta o acesso continuado e a sustentabilidade dos serviços e de seus prestadores.

O acesso aos recursos federais deve ter regras claras e estáveis, permitindo o planejamento do setor, e os trâmites de fiscalização para a liberação dos recursos devem ser mais ágeis. Por isso, proporemos medidas para desburocratizá-los e simplificá-los.

Outra proposta envolve o programa federal Minha Casa, Minha Vida. As companhias defendem que é preciso haver planejamento e recursos definidos para a infraestrutura de saneamento básico. A Aesbe defende que a energia elétrica, principal insumo na operação dos serviços, poderia ter uma tarifa diferenciada para as companhias que implementam políticas de uso racional de energia.

É importante que a Aesbe seja referência no desenvolvimento institucional do setor, promovendo debates, cursos, publicações e adotando uma agenda propositiva proativa junto aos poderes públicos e à sociedade para que as empresas estaduais possam exercer o papel efetivo de executoras das políticas públicas do saneamento, levando-se em conta a diversificada realidade do saneamento brasileiro. •

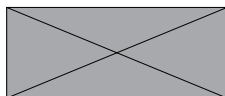


Abelardo de Oliveira Filho

Diretor-presidente da Aesbe e
Presidente da Embasa

AESBE

A Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – Aesbe é uma entidade civil sem fins lucrativos que há 25 anos representa as empresas estaduais de água e esgoto do País. Juntas, essas companhias atendem a 3943 municípios e cerca de 76% da população urbana brasileira. Tem sede no Distrito Federal e dentre seus objetivos está o de zelar pelo interesse de suas associadas, promovendo o contínuo aperfeiçoamento técnico, por meio do intercâmbio de experiências, além de elaborar e divulgar estudos e trabalhos diversos. Para saber mais, acesse: www.aesbe.org.br.



A AESBE, consciente das questões ambientais e sociais, utiliza papéis com certificação (Forest Stewardship Council) na impressão deste material. A certificação FSC garante que a matéria-prima é proveniente de florestas manejadas de forma ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, e outras fontes controladas. Impresso na Gráfica Coronário - Certificada na Cadeia de Custódia - FSC.

Sumário

6 Plansab

Aesbe analisa documento e faz apontamentos críticos

12 Entrevista

Presidente da Aesbe afirma que 2011 será de muito trabalho e conquistas para o setor

15 Inteligência

Pesquisa afirma que crianças que não bebem água tratada têm QI menor

16 Pesquisa da CNI

Brasileiros aprovam a qualidade da prestação do serviço de abastecimento público, diz pesquisa do IBOPE

18 Tarifa Social

Mesmo sem incentivo algum, companhias reforçam suas ações sociais com o benefício da tarifa social, destinado às famílias de baixa renda

21 Realização

Fique por dentro das ações de companhias pelo Brasil

33 Amicus Curiae

Aesbe pleiteia participação em ação movida pela Corsan contra a União, na qual a empresa pede o reconhecimento de sua imunidade tributária

34 Coluna Jurídica

37 Notas

39 Evento

Confira a programação do seminário "A Sustentabilidade da Gestão do Saneamento"

41 Código Florestal

Especialista comenta aspectos do novo código que tem viés com o saneamento

Editorial

Os profissionais que pensam e fazem o saneamento básico brasileiro aguardam com ansiedade a edição do Plano Nacional de Saneamento, em vias de publicação, pelo governo federal. Esse documento deverá apresentar metas, fontes de recursos, além de normas que facilitem a tomada de recursos para, assim, atingir-se a universalização até o ano de 2030, conforme nova previsão do Ministério das Cidades.

A Aesbe fez uma análise dos pontos-chave do Plansab e os comenta nesta edição, apresentando aspectos positivos e outros nem tanto, mas que servirão fundamentalmente para o desenvolvimento do saneamento nos próximos anos.

E por falar em desenvolvimento, contribuir com o melhor entendimento de procedimentos e leis é função da Aesbe. Por isso, a Associação realizará o seminário "A Sustentabilidade da Gestão do Saneamento". O evento acontece no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, entre os dias 7 e 8 junho. A finalidade, claro, é discutir legislação, tributação e, o que é novo no setor, a redução de impactos ambientais causados pelos processos inerentes ao tratamento de água e de esgotos.

Nesta edição, também será possível conferir a opinião do novo presidente da Aesbe, Abelardo de Oliveira Filho, sobre diversos aspectos da atualidade do setor de saneamento, bem como entender a interface entre as discussões do Código Florestal e as ações de saneamento urbano.

O leitor também poderá entender como funciona o benefício da "tarifa social" e como as companhias de saneamento, Brasil afora, têm conseguido manter esse benefício às famílias de baixa renda.

A edição deste mês de junho celebra o dia do meio ambiente, portanto, aproveite para se inteirar das novidades e, se for o caso, pensar sobre sua contribuição para a saúde de nosso planeta.

Boa leitura!

Aurélio Prado

Editor chefe

revistasanear@aesbe.org.br

Seção do Leitor

Prezado editor,

Estamos escrevendo para dizer o quanto ficamos surpresas com a criatividade da equipe da Revista Sanear. A capa da edição número 13 foi muito bem pensada e casou perfeitamente com a matéria principal. Continuam assim: nos surpreendendo!

Aline Alcides de Mattos e Meiry Hellen Gomes
Estudantes de Design, Manaus – AM

Os “gatos” são problemas de todo mundo. É impressionante a quantidade de gambiarras notificadas pelas companhias de saneamento e de energia elétrica. É obvio que mais cedo ou mais tarde alguém vai notar e fazer uma denúncia. Parabéns à Revista Sanear por abordar esse assunto tão importante.

José Antonio Maldaner, Rio de Janeiro

Ao que me parece, o governo federal está dando, agora, mais atenção ao saneamento básico brasileiro. São audiências públicas e publicação de mais recursos. Isso é fantástico, pois precisamos cuidar mais desse setor que é tão básico e primordial para o desenvolvimento do país e, especialmente, para a erradicação da pobreza extrema - um dos principais pilares do governo Dilma.

Fernando Gonçalves de Araújo
Engenheiro Civil, Brasília-DF

Na próxima edição, seus comentários podem estar nesta página. Escreva para nós. O email é o revistasanear@aesbe.org.br. Se preferir, mande pelo correio. O endereço é o SBN Quadra 01, Bloco “B”, Edifício CNC, sala 201, CEP: 70.041-902- Brasília-DF.

Fale conosco

Revista Sanear

+55 61 3326.4888 – Ramal 13
revistasanear@aesbe.org.br

Publicidade

Via Vox Comunicação
Brasília: adalucio@viavox.com.br
(61) 3201-1884 / 8229-5545
São Paulo: cmarino@scmedia.com.br
(11) 3451-0012 / 91412938

Expediente

Coordenação Editorial

Walder Suriani

Edição: Aurélio Prado (MT - 9160/DF)

Produção: Luciana Melo Costa
(MT - 2492/DF)

Revisão: Ronaldo Farias

Diagramação: Duo Design Comunicação

Foto de capa: Duo Design

Impressão: Gráfica Coronário

Tiragem: 10.000 exemplares

Diretor-Presidente

Abelardo de Oliveira Filho (Embasa/BA)

Diretores Vice-Presidentes

Ricardo Augusto Simões (Copasa/MG)

Antonio Braga (Cosanpa/PA)

Fernando Ghignone (Sanepar/PR)

Roberto Cavalcanti Tavares (Compesa/PE)

Wagner Victer (Cedae/RJ)

Walter Gasi (Caern/RN)

Conselho Fiscal

Sérgio Rubens Castelo Branco (Caerd/RO)

Deusdete Queiroga Filho (Cagepa/PB)

Neivaldo Bragato (Cesan/ES)

Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa

Rosalina Sousa – AGESPISA

Vanda Vidigal – CAEMA

Marlete Pires Meneses da Silva – CAER

Newton Sérgio Vicente da Silva – CAERD

Edwin Carvalho – CAERN

Ivete Guedes – CAESA

José Carlos Camapum Barroso – CAESB

Sabrina Lemos – CAGECE

Fábio Cabral Bernardo – CAGEPA

José Francisco Alves – CASAL

Samuel Rodrigues – CASAN

Iuri Cardoso – CEDAE

Márcia Brito – CESAN

Rosineide Oliveira – COMPESA

Henrique Bandeira de Melo – COPASA

Nadma Barbosa – COPASA

Rosane Beria – CORSAN

Milena Souza de Medeiros – COSANPA

Fernando Fontes – DESO

Débora Ximenes – EMBASA

Adriano Stringhini – SABESP

Rui Eduardo Ferrascini Pacheco – SANEAGO

Marilena Vieira Gonçalves – SANEATINS

Flávio Costa – SANEPAR

Adriana Viana – SANESUL

Paulo Ricardo Gomes – SANESUL

As análises e as opiniões dos artigos assinados na revista Sanear são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam necessariamente a posição da Aesbe.

O Plansab e o futuro do saneamento: dificuldades a serem enfrentadas

Depois de um esquecimento, cuja história é testemunha, o saneamento básico brasileiro está recebendo um novo reforço imprescindível para que se torne, verdadeiramente, um pilar importante da infraestrutura do país: o Plano Nacional de Saneamento Básico.

Assessoria de Imprensa da Aesbe

O Plano Nacional de Saneamento Básico, também chamado de PNSB ou Plansab, e, ainda numa versão preliminar, vem atender aos dispositivos da Lei nº 11.445 de 2007 e tem por finalidade nortear todo o setor de saneamento no país, fazendo cenários macroeconômicos, apresentando o diagnóstico do setor, programas e ações federais e, principalmente, definindo demandas e recursos para universalizar, nos próximos 20 anos, os serviços de água, esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial.

Na primeira audiência pública do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), realizada pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental,

em 18/05, em Brasília-DF, o secretário nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar Tiscoski disse que pela primeira vez no Brasil um Plansab será editado, o que representa “um passo fundamental para o país, que busca universalizar os serviços de saneamento básico”. Para Tiscoski essa “importância fundamental” é o motivo pelo qual o Plansab “carece de atualização constante”.

Já o secretário executivo do Ministério das Cidades, Roberto Muniz, descreveu o plano como sendo um “roteiro seguro que nos dá uma perspectiva de onde estamos e para onde queremos ir e que enfoca a quantidade e a qualidade da aplicação dos recursos”. Para Muniz, outro importante ponto

do Plansab é a destinação de recursos focados no lado estruturante do setor.

E dinheiro perene também foi o carro-chefe do discurso do presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu. “É necessário colocar o Plansab nos PPAs que terão de ser feitos para assegurar os recursos previstos, tornando o plano uma estratégia de desenvolvimento não de governos, mas da nação brasileira”, enfatizou Vicente.

Pelo que representa para o futuro do saneamento e de acordo com o programa previamente definido, o Plano Nacional está sendo alvo de diversas análises, interpretações e questionamentos. Audiências públicas e debates variados estão programados para ocorrer nos próximos meses, o que



possibilitará aos agentes interessados aprofundarem os seus conhecimentos e apresentarem as suas contribuições visando ao aperfeiçoamento do documento. A Aesbe vem participando da discussão e divulgação do Plansab e já pode apresentar algumas considerações sobre ele. Ainda não há um posicionamento oficial da Associação sobre o Plano de saneamento, mas numa primeira visão dos associados há o entendimento que o documento

sete documentos, denominados: 1) Cadernos do Panorama do Setor de Saneamento Básico no Brasil, conforme elementos conceituais; 2) Análise situacional do déficit; 3) Análise situacional dos programas e ações federais; 4) Avaliação político-institucional do setor; 5) Investimentos: análise histórica e estimativa de necessidades; 6) Visão estratégica para o futuro; e 7) Cadernos temáticos para o panorama do saneamento básico no Brasil.

O Plansab agrega outros estudos elaborados e tem por itemização os seguintes capítulos:

- 1- Introdução
- 2- Bases legais e competências institucionais
- 3- Princípios fundamentais
- 4- Análise situacional
- 5- Cenários para a política de Saneamento Básico no país em 2030
- 6- Metas de curto, médio e longo prazos
- 7- Necessidades de investimentos
- 8- Macrodiretrizes estratégicas
- 9- Programas
- 10- Monitoramento, avaliação sistemática e revisão do plano

apresenta avanços importantes; outros precisam ainda ser aprimorados e algumas lacunas estão bem evidentes.

Preliminarmente, o Plano Nacional de Saneamento Básico teve por base

Os três primeiros capítulos apresentam conceitos gerais sobre o saneamento, a base legal para a elaboração do Plano Nacional e os princípios fundamentais envolvendo temas so-

bre a universalização, a equidade, a integralidade, a interssetorialidade, a sustentabilidade, a participação e o controle social e a matriz tecnológica, para o desenvolvimento e a prestação dos serviços de saneamento básico.

O quarto capítulo faz a análise situacional do saneamento, apresentando o déficit do atendimento, os investimentos realizados, os programas e as ações do governo federal para o setor, concluindo com a avaliação político-institucional do saneamento.

A caracterização do déficit em saneamento foi feita com maior amplitude conceitual, abrangendo, além da infraestrutura implantada, os aspectos socioeconômicos e culturais e a qualidade dos serviços ofertados, chegando aos seguintes números:

Atendimento com água tratada

Número de habitantes	Situação	Percentual da população
118.616 milhões	Adequado	62,45%
62.699 milhões	Precário	33,00%
8.638 milhões	Sem atendimento	4,55%



Atendimento com esgotamento sanitário

Número de habitantes	Situação	Percentual da população
88.930 milhões	Adequado	46,80%
83.797 milhões	Precário	44,10%
17.266 milhões	Sem atendimento	9,10%

O Plansab também ampliou as considerações sobre as condições de atendimento, como de adequado e de déficit. O atendimento é adequado quando há abastecimento de água e esgotamento sanitário normais e regulares; o déficit, por sua vez, considera duas situações: o atendimento precário e a falta de atendimento. No primeiro caso são considerados os serviços prestados de forma não contínua ou com qualidade inadequada, bem como as soluções de disposição inadequada dos esgotos. São contabilizados como “sem atendimento” as situações onde não há atendimento.

Os dados apresentados pelo Plano Nacional apontam aquilo que já se sabia: a população das regiões do Norte e Nordeste é a mais prejudicada. Possui menores indicadores de água tratada e de esgotamento sanitário, além de as duas regiões serem as líderes no *ranking* que considera a existência de fossas e cisternas.

Com relação aos investimentos, foram apresentados os recursos alocados nos últimos anos, com diversas tabelas mostrando os avanços ocorridos, tanto para os recursos onerosos quanto para os orçamentários.

Uma das tabelas (4.15, na folha 60) merece ser destacada. Segundo informações do Ministério das Cidades, os recursos contratados e em contratação do PAC I, desde o seu lançamento em

2007 até dezembro de 2010, perfizeram o seguinte montante:

Abastecimento de água	R\$ 7.968 bilhões
Esgotamento sanitário	R\$ 14.169 bilhões
Desenvolvimento institucional	R\$ 1.058 bilhões
Saneamento integrado	R\$ 6.792 bilhões

Pelo quadro apresentado, os recursos para água e esgotos atingiram R\$ 29.987 e o total das contratações para todos os programas do PAC foi de R\$ 35.344 bilhões. Faltava contratar, ainda, cerca R\$ 307 milhões.

O quinto capítulo do Plano apresenta os cenários macroeconômicos criados para justificar a existência de fontes de recursos para o saneamento básico, apesar de não haver garantia de sua aplicação. Foram produzidos três cenários que visualizam os futuros possíveis, o imaginável e o desejável. Esses cenários constituíram-se em referenciais para o planejamento de curto, médio e longo prazos, este último para 20 anos.

O *cenário 1*, o mais favorável, parte da premissa de que a economia brasileira apresentará um crescimento razoável no período 2011-2020, com reformas estruturais necessárias e com a superação de alguns gargalos existentes. Com isso, haverá um maior crescimento econômico do país no período seguinte (2021-2030) possibilitando investimentos elevados para o saneamento básico.

Os *cenários 2 e 3* consideram premissas menos favoráveis para o desenvolvimento do país e, consequentemente, menores recursos para o saneamento. O Plano Nacional foca so-

mente o *cenário 1* e estabelece as metas e investimentos para esse cenário.

Para os *cenários 2 e 3* são apresentados números de crescimento da economia e inflação mundial, com rebatimento no mercado interno. “Há toda uma justificativa do crescimento nacional até 2030, bem como o comportamento da dívida pública, a redução de despesas e da taxa de juros, o que projetaria recursos suficientes para a aplicação no saneamento, resultando na universalização dos serviços até 2030”, comentou o presidente da Aesbe, Abelardo de Oliveira Filho.

Com relação aos cenários apresentados, duas observações podem ser feitas ao Plano. A primeira é que o nosso país não tem tradição de acertos nas previsões macroeconômicas de longo prazo, aliada às dificuldades naturais decorrentes do grande número de condicionantes envolvidas, o que poderia fragilizar a garantia de recursos para o saneamento num horizonte de duas décadas. Não é uma questão simples, pois diz respeito às premissas de longo prazo que dariam suporte à concretização dessas premissas e, indiretamente, a garantia de recursos para o saneamento. A outra questão está relacionada ao fato de o Plansab não analisar um cenário bastante favorável da economia nacional, que é o resultante da exploração do petróleo do Pré-sal e com a possibilidade de direcionamento de parte dos recursos para o saneamento. Além disso, ressalta-se que não há compatibilidade entre os períodos de tempo definidos para os cenários macroeconômicos e os estabelecidos para aplicação dos recursos.

No primeiro caso, os períodos considerados foram de 2011-2020 e de 2021-2030 enquanto para a aplicação dos recursos foram considerados os três

períodos de 2011–2015, de 2015–2020 e de 2020–2030, de acordo com o capítulo 7 - “*Necessidades de investimentos*”. “Essa discrepância poderia sinalizar que a metodologia de cenários para fins de garantir a universalização do saneamento teria pouca validade, conforme estabelece o Plansab”, comentou o presidente da Companhia de Saneamento de Alagoas, Álvaro Menezes.

No capítulo 6 do documento são apresentadas as metas progressivas de ampliação dos serviços de saneamento, até o ano 2030. Para o acompanhamento da concretização dessas metas são definidos diversos indicadores, tais como: de atendimento de água e de esgotos, do aumento de amostras de qualidade de água, da redução dos índices de perdas, da elaboração de planos de saneamento, do número de municípios com instâncias de controle social, entre outros.

O capítulo 7 - *Necessidade de investimentos* - talvez seja o mais importante do Plano e o com maior complexidade, em função do elevado quantitativo de números, de tabelas e gráficos que apresenta.

O Plano expõe de forma clara o contexto do saneamento em nosso país, historicamente atrelado aos humores da economia, ao destacar logo no início desse capítulo que “*o alcance das metas pressupõe a efetivação de investimentos provenientes das esferas federal, estaduais e municipais, além de contrapartidas dos prestadores e de agentes internacionais*”.

É uma observação importante e oportuna, ao sinalizar procedimento similar aos planos estaduais e municipais, em que a superação das metas de ampliação do saneamento, nas cidades, estaria condicionada à existência de fontes seguras de financiamentos.

O documento inova, positivamente, na opinião das companhias de água e

esgoto, ao destinar recursos às medidas estruturais (ampliação dos serviços, substituição de tubulação e equipamentos obsoletos, etc.) e às medidas estruturantes (voltadas à melhoria da gestão dos serviços e aos planos de saneamento).

De acordo com a Aesbe, os números apresentados no Plansab para universalizar os serviços de saneamento básico até 2030 são preocupantes. Entre medidas estruturais e estruturantes para água e esgotos, nas áreas urbanas e rurais, o montante atinge R\$ 348 bilhões.

Esse valor corresponderia a uma aplicação de cerca de R\$ 17 bilhões por ano, valor 3 vezes maior do que

o efetivamente gasto atualmente. O Plansab não analisou as condições do setor em atender a essa situação, tais como a análise da capacidade de endividamento das companhias de saneamento, condição essencial para acesso aos recursos onerosos; na capacidade de fabricantes e construtores de atenderem a esse volume de recursos (diversas licitações de obras do PAC I Saneamento não tiveram participantes); e, principalmente, não apresentou a estratégia de mobilização continuada para que os diversos agentes de setor possam atender aos objetivos do Plansab. •

Outros aspectos não considerados no Plano Nacional de Saneamento Básico:

1. Não foi abordado o fato de a universalização dos serviços nas maiores cidades só ser possível com a integração das ações de toda infraestrutura urbana;
2. Não foi enfocada a necessidade de serem definidas ações para sensibilizar a população quanto à importância das tarifas para efetivação das ações do Plansab, tendo em vista que está prevista a geração de recursos próprios da ordem de 50% dos recursos totais a serem investidos;
3. Não foi abordada a possibilidade de ser estabelecido um percentual mínimo de recursos não onerosos para o saneamento, inclusive envolvendo recursos a serem gerados no Pré-sal;
4. O Plano também não enfocou a questão dos subsídios, envolvendo ampliação e a prestação dos serviços para a população carente nos moldes, por exemplo, do programa federal “Luz para todos”;
5. Não foi tratada a necessidade da compulsoriedade das ações comuns entre estados e municípios para implementação do Plano, como, por exemplo, o planejamento dos serviços de saneamento, a elaboração dos planos, a regulação dos serviços e, mesmo, a sua prestação em situações onde os municípios não têm condições de atuarem sozinhos;
6. Não foi abordada a necessidade de uma melhor amarração na destinação dos recursos das emendas parlamentares, com a necessidade de serem estabelecidos critérios mais rígidos para a utilização desses recursos;
7. O número dos programas apresentados poderia ser mais limitado, com enfoque na interdependência das ações conjuntas de infraestrutura em regiões metropolitanas e nas maiores cidades;
8. Indicativo da melhor alternativa institucional para a atuação do poder público estadual e municipal nas áreas rurais;
9. Maior ênfase na necessidade de serem adotadas ações estruturantes, como garantia da sustentabilidade das obras de universalização dos serviços de saneamento;
10. Poderiam ser adotados alguns paradigmas tecnológicos para o setor, com a sinalização da criação de um fundo específico para o desenvolvimento científico e tecnológico.

FONTE: AESBE

Sanear

A REVISTA DO SANEAMENTO

Uma publicação da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais - Aesbe

**Garanta bons negócios.
Anuncie na Sanear,
a Revista do Saneamento**

10 mil exemplares

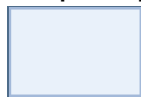
Periodicidade **Trimestral**

Circulação **nacional**



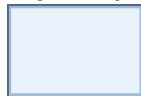
FORMATOS

2ª capa e 3ª página



- 42,0 x 27,5 cm
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 40x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

Página Dupla



- 42,0 x 27,5 cm
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 40x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

Página



- 21x27,5 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 19x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

1/2 página



- 21x13,75 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 18x11,75 área de reserva (logos, textos, etc.)

1/3 de página



- 7,0 x 27,5 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 5x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

3ª e 4ª capas



- 21x27,5 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 19x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)



Via Vox Comunicação - SCN Quadra 01 Bloco E - Sala 1813 - Ed. Central Park - Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70.711-903
Emails: adalucio@viavox.com.br ou cmarino@scmedia.com.br
Telefones: (61) 3201-1884 / 8229-5545 / (11) 3451-0012 / 91412938

Determinação marcará o setor de saneamento rumo à universalização tão desejada

Abelardo de Oliveira Filho, presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), é o novo presidente da Aesbe. Sua eleição ocorreu em meados de março e seu mandato à frente da entidade será de um ano. Em sua primeira entrevista como presidente, Abelardo disse que é preciso trabalhar muito para que o Brasil alcance a tão desejada e necessária universalização dos serviços de água e esgoto e que essa universalização tem desafios que consistem na capacidade de captação regular de recursos financeiros para a redução dos déficits históricos de cobertura dos serviços e no desenvolvimento institucional dos operadores de saneamento, no sentido de se aplicarem os recursos obtidos de modo efetivo e com eficiência, qualificando o gasto público. Veja a opinião do presidente sobre assuntos como titularidade, problemas do setor, governança corporativa e PIS/Cofins.

Quais os principais problemas do setor de saneamento?

Abelardo: Eles envolvem obstáculos relacionados a dois temas: a universalização e qualidade. No que tange à universalização, os desafios consistem na capacidade de captação regular de recursos para a redução dos déficits históricos de cobertura dos serviços e no desenvolvimento institucional dos operadores, no sentido de se aplicarem os recursos obtidos de modo efetivo e com eficiência. Nos últimos anos, a disponibilização de recursos vem aumentando no âmbito do governo federal, por meio do PAC Saneamento e,

para que as empresas possam captar tais recursos, é essencial contar com bancos de projetos atualizados e que resultem em planos de expansão de médio e longo prazos.

O segundo tema refere-se à grande dificuldade de manutenção e, principalmente, elevação dos padrões de qualidade dos serviços prestados diante do crescimento acelerado dos índices de cobertura. O obstáculo em questão resulta menos do crescimento em si e mais das características das áreas contempladas com os investimentos em expansão dos serviços. Em sua maioria, consistem em áreas periféricas de zonas urbanas e zonas rurais que carecem da infraestrutura urbana básica necessária à realização

das obras e ao pleno funcionamento dos sistemas implantados.

E quanto aos atuais indicadores do saneamento no Brasil?

Abelardo: Historicamente, os indicadores são muito ruins. É visível o avanço do saneamento em razão da maior disponibilidade de recursos do governo federal e das próprias companhias estaduais que passaram também a investir. Porém, precisamos avançar muito para chegarmos à universalização. Ainda persistem alguns casos em que os operadores não conseguem sequer acompanhar o crescimento vegetativo, mas em muitos outros já é notória a redução dos déficits de cobertura.

ASSIMP/AESBE



Abelardo discursa durante audiência do Plansab, ao lado do deputado federal Roberto Britto (PP)



O presidente da Aesbe (c) entrega minuta oficial solicitando a reversão da cobrança do PIS/Cofins para a universalização dos serviços de saneamento

Por outro lado, no aspecto qualitativo, precisamos estimular os operadores a apurarem os seus indicadores do modo mais ágil e preciso possível, a fim de que a base de informações compartilhadas no setor seja atual e confiável, o que propiciará o exercício saudável de um processo de *benchmarking* efetivo entre os diversos operadores do país. A proposta é que a Aesbe possa constituir seu banco de dados, não apenas dos indicadores de cobertura, mas também de aspectos operacionais, econômico-financeiros e de eficiência das companhias.

Por falar nisso, a universalização até 2030 é uma utopia?

Abelardo: Utopia, não, mas um imenso desafio que envolve a superação de obstáculos, como os que abordamos anteriormente, e requer a quebra de paradigmas tecnológicos e de gestão. Para vencermos o desafio da universalização, temos de adotar uma postura diferente: precisamos cons-

truir o nosso futuro em lugar de esperá-lo passivamente. E isso não é retórica. Acredito que a adoção do saneamento como prioridade por todos os entes envolvidos, com a disponibilização de recursos de forma perene, incluindo subsídios para a população de baixa renda, com a elaboração de bons projetos e a aplicação correta dos recursos e a própria mobilização das partes interessadas junto aos poderes públicos, é decisiva na busca pelos meios para atingir os resultados que desejamos.

É possível falar em desoneração do PIS/COFINS?

Abelardo: No atual momento em que há um esforço por parte dos governos e das companhias de saneamento para universalizar os serviços de água e esgotamento sanitário no país, a desoneração é mais do que esperada. Setores como o da telefonia e o da indústria gráfica, em 2004, já foram desonerados. As companhias não têm a intenção de economizar o recurso

destinado ao pagamento de PIS/Cofins, mas de reinvesti-lo em obras e ações de educação socioambiental e sanitária em comunidades carentes.

No dia 14 de abril, a diretoria da Aesbe esteve no Ministério das Cidades em audiência com o ministro Mário Negromonte, o Secretário-Executivo Roberto Muniz e o Secretário Nacional de Saneamento Leodegar Tiscosky, na qual foi entregue um documento sobre a situação do PIS/Cofins para as companhias com a proposta para a sua desoneração. O ministro e sua equipe foram bastante receptivos e sensíveis, assumindo o compromisso de analisar a questão. Ele propôs, ainda, constituir um grupo de trabalho para elaborar um documento conjunto que, além de desonerar as companhias, preveja formas adequadas de reinvestimento desses. A partir daí, o documento seria levado a outros Ministérios e à presidente Dilma Rousseff. Acreditamos que seja possível construir uma proposta que contemple desoneração

Entrevista

com os interesses comuns da necessidade de universalização dos serviços e a própria diretriz do governo federal de combate à miséria extrema e à pobreza absoluta.

Fale sobre planos de saneamento e contratos do programa.

Abelardo: As companhias estaduais devem fornecer informações técnicas e subsídios para os municípios, assim como dar suporte à capacitação dos gestores municipais. Aliás, no caso da Bahia, a cooperação entre os entes federativos (estado e municípios) está prevista na Lei Estadual de Saneamento.

Na negociação do contrato de programa, as empresas estaduais de saneamento devem oferecer uma perspectiva regional para a prestação dos serviços, conciliando-a com a perspectiva local e interesses do município, uma vez que abastecimento de água e esgotamento sanitário, por exemplo, lidam com recursos naturais regionalizados, pois uma bacia hidrográfica nem sempre está restrita ao perímetro municipal.

A cooperação das companhias estaduais é fundamental nesse processo, tendo em vista que muitos contratos de concessão celebrados há mais de 20 anos estão precários (vencidos) e com o prazo de validade próximo do vencimento de acordo com o atual marco regulatório. Não é novidade que a maior parte das prefeituras precise de suporte técnico para agilizar a elaboração de seus planos e conciliar essa exigência legal com a celebração dos contratos de programa.

Qual sua opinião sobre governança corporativa nas companhias?

Abelardo: A implementação de práticas de governança corporativa

nas companhias estaduais de saneamento é uma das iniciativas mais importantes no aprimoramento de sua gestão, independente de terem capital aberto ou não. Para as que abriram capital, a governança corporativa agrega valor e gera aumento de procura por seus papéis, conseqüentemente, os preços de suas ações tenderão a aumentar. Se a companhia emitir título de dívida, os juros a serem pagos tenderão a diminuir. Contudo, a governança corporativa não deve ser privilégio das companhias de capital aberto. Como ocorre com muitas iniciativas de aprimoramento da gestão empresarial capitaneadas pelo mercado, é inevitável que na área pública e, por conseguinte, nas empresas de capital fechado nas quais o estado é o acionista majoritário, as práticas de governança encontrem um fértil campo para sua aplicação. Como não acreditar que práticas que resultam em modelos de gestão dotados de maior transparência, integridade e responsabilidade no processo decisório sejam imprescindíveis para qualquer organização?

Avalie esses quatro anos da Lei de Saneamento.

Abelardo: Houve um avanço significativo, mas ainda há muito a fazer. As exigências impostas pela Lei do Saneamento envolvem lacunas institucionais de um setor que passou muito tempo desregulado. Ficamos habituados a atuar sem pactuação junto ao poder concedente, sem fiscalização e sem controle social. Se a Lei não gerasse um certo transtorno, permaneceríamos em nossas zonas de conforto. É natural que alguns ajustes sejam feitos com o tempo, afinal todo instrumento legal deve ser dinâmico, mas, o mais importante é que a Lei do Saneamento, bem como o seu decreto de regulamentação, vem nos impondo desafios no sentido de se vislumbrar um horizonte para a universalização e de se melhorar a qualidade dos serviços prestados por meio do planejamento das ações e definição de metas progressivas, questões que caminhavam à revelia dos municípios e da sociedade como um todo. •

SHUTTERSTOCK



Qualidade da água interfere no QI

A qualidade da água consumida e o saneamento básico têm interferência direta na capacidade de raciocínio, na velocidade do aprendizado e na maneira como as pessoas encaram e resolvem problemas. Essa é a conclusão a que chegou o pesquisador Christopher Eppig, da Universidade do Novo México, nos Estados Unidos.

Os resultados de seus estudos foram expostos no 6º Fórum Água em Pauta, realizado em março, em Jundiá, e organizado pela revista Imprensa. Durante o evento, o cientista expôs uma relação direta entre doenças infecciosas e o quociente de inteligência (QI).

Segundo ele, a falta de cuidado com a qualidade da água e a falta de saneamento básico provocam doenças infecciosas e essas enfermidades podem atrapalhar o desenvolvimento intelectual das pessoas, especialmente na fase inicial da vida.

Eppig justifica, afirmando que a energia (calorias) que deveria ir para o cérebro é gasta pelo organismo para combater as infecções. Com isso, o cérebro não se desenvolve na sua plenitude, causando um déficit em seu funcionamento.

A preocupação é maior nos primeiros meses e anos de vida porque,

segundo os estudos, é nessa fase que o cérebro humano mais precisa de energia. De acordo com o pesquisador, o cérebro de um recém-nascido consome cerca de 87% da energia produzida pelo organismo.

Quando a criança tem 1 ano e meio, o percentual é de 53%. Aos 5 anos, o cérebro usa 44% das calorias. E assim sucessivamente. Portanto, é de fundamental importância que bebês e crianças tenham acesso à água de qualidade e saneamento básico.

Tânia Regina Pupo, doutora em práticas de saúde pública, lembra que esse é mais um motivo que reforça a importância do aleitamento materno. Segundo ela, isso evita que bebês corram o risco de beber água contaminada e, assim, contraíam alguma doença.

“A qualidade da água tem uma relação direta com a saúde pública”, afirma. Além de ajudar no desenvolvimento do cérebro, é um dos fatores que têm influenciado na queda da mortalidade infantil no país, segundo Tânia, que esteve presente no Fórum. De acordo com ela, a mortalidade infantil no Brasil caiu 61% entre 1990 e 2010.

Eppig explica que o QI a que se refere o estudo não tem nada a ver com a bagagem intelectual de uma pessoa, mas

com a qualidade do cérebro, velocidade de aprendizado e habilidade em resolver problemas e fazer associações.

De acordo com o estudo apresentado por ele no Fórum, a diarreia é o tipo mais comum de doença infecciosa em todo o mundo e o que mais mata crianças abaixo de 5 anos. A situação é ainda mais preocupante em países tropicais, como o Brasil, por causa das altas temperaturas. Vírus e bactérias se reproduzem com mais facilidade e rapidez em ambientes que apresentam um nível maior de calor e umidade.

O clima associado à falta de tratamento de esgoto forma uma combinação totalmente desfavorável, segundo Eppig. “O lançamento de esgoto em rios que abastecem cidades afeta a saúde da população por causa da disseminação de parasitas, além de toxinas, como o chumbo, por exemplo”, cita.

De acordo com ele, mesmo que a pessoa tenha uma alimentação saudável, o desenvolvimento do cérebro pode ser afetado se ela tiver uma doença infecciosa. Segundo ele, por meio da alimentação saudável, a energia chega ao organismo, mas não vai para o cérebro porque tem de ser usada no combate à infecção. (Texto de Adilson Camargo - Jornal da Cidade - Bauru/SP). •



Qualidade do fornecimento de água é aprovada pela população brasileira, diz pesquisa da CNI-IBOPE

A população brasileira tem se mostrado cada vez mais consciente quando o assunto é o seu conjunto de direitos constitucionais, ou seja, o povo está com os olhos cada vez mais abertos, observando a ação dos governos

Assessoria de Imprensa da Aesbe

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou uma pesquisa intitulada “Retratos da Sociedade Brasileira: qualidade dos serviços públicos e tributação”, apresentando a opinião da população brasileira sobre a qualidade da prestação de 12 serviços públicos.

De todas as áreas públicas pesquisadas, apenas quatro foram aprovadas pela população: fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água, iluminação pública e educação superior.

O resultado da pesquisa afirma que o fornecimento de energia elétrica é aprovado por 75% dos entrevistados que responderam à questão, sendo que para 18%, o serviço é de “alta” ou “muito alta” qualidade. O fornecimento de água é aprovado por 66% dos entrevistados, a iluminação pública levou 61% dos votos, enquanto a educação superior é responsável por 52%.

Limpeza urbana é aprovada por 50% dos entrevistados que responderam à questão, ou seja, mesmo percentual dos que consideram o serviço de “Baixa” ou “muito baixa” qualidade. Os demais sete tipos de serviços são considerados de “baixa” ou “muito baixa” qualidade por mais da metade da população. Postos de saúde e hospitais e segurança pública são considerados de

“baixa” ou “muito baixa qualidade por, respectivamente, 81% e 72% dos entrevistados. Veja os resultados:

Recursos públicos versus qualidade dos serviços

A pesquisa da CNI também mostrou que a maioria dos brasileiros acredita

que a arrecadação atual do governo é mais que suficiente para melhorar a qualidade dos serviços. De acordo com os números, a população acredita que não há necessidade de aumentar a tributação e que, com o montante atualmente arrecadado, os serviços públicos deveriam ser melhores. Para

Qualidade dos serviços

Percentual de respostas calculado considerando apenas os entrevistados que avaliaram o serviço, ou seja, que responderam a pergunta

Serviço	Percentual	Qualidade Soma dos percentuais
Fornecimento de energia elétrica	75%	Adequada, alta ou muito alta
Fornecimento de água	66%	Adequada, alta ou muito alta
Iluminação pública	88%	Adequada, baixa ou muito baixa
Educação superior	52%	Adequada, alta ou muito alta
Limpeza urbana	76%	Adequada ou baixa
Transporte urbano	94%	Adequada, baixa ou muito baixa
Rodovias/estradas	71%	Adequada ou baixa
Conservação de ruas e avenidas	73%	Adequada ou baixa
Educação fundamental e ensino médio	85%	Adequada ou baixa
Atendimento à população nas repartições públicas	94%	Adequada, baixa ou muito baixa
Segurança pública	94%	Adequada, baixa ou muito baixa
Postos de saúde e hospitais	81%	Baixa ou muito baixa

os brasileiros, o problema está na gestão dos recursos. Considerando o valor dos impostos, a qualidade dos serviços públicos deveria ser melhor no Brasil. Entre os entrevistados, 81% concordam totalmente ou em parte com essa afirmativa, confira no quadro:

Item	Percentual
Concorda totalmente	65%
Concorda em parte	16%
Discorda em parte	5%
Discorda totalmente	5%
Não sabe/não respondeu	10%

Essa opinião se fortaleceu, claramente, à medida que pessoas cuja renda familiar é maior responderam às questões da entrevista. O quadro a seguir apresenta indicadores de difusão para essa questão por extrato de renda familiar. O indicador sobe de 83,3 pontos entre os entrevistados com renda familiar de até um salário mínimo (SM) para 96,7 pontos para o extrato de mais de 10 SM.

Item	Percentual
Até 1 SM	83,3%
Mais de 1 a 2 SM	85,2%
Mais de 2 a 5 SM	86,7%
Mais de 5 a 10 SM	88,4%
Mais de 10 SM	96,7%

Valores acima de 50 significam concordância com a afirmação

A CNI conseguiu traduzir em números o sentimento da população brasileira quando ouve a seguinte afirmativa: *“Os impostos no país devem ser elevados para que os governos possam manter os serviços sociais, como saúde, educação e segurança pública”*. Dentre os entre-

vistados, 53% discordam totalmente dessa sentença e 11% discordam em parte. Concordam em parte ou totalmente 26%. Confira o resultado:

Item	Percentual
Concorda totalmente	11%
Concorda em parte	15%
Discorda em parte	11%
Discorda totalmente	53%
Não sabe/não respondeu	10%

E quando o assunto é a volta da CPMF os brasileiros se mostraram totalmente contrários à volta do “imposto do cheque”, nome da tão controversa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo a pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira: Qualidade dos serviços públicos e tributação”, realizada pelo IBOPE para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), apenas 20% da população nacional é a favor do retorno do tributo.

O imposto, cuja prorrogação foi rejeitada pelo Senado em dezembro de 2007, foi uma contribuição destinada especificamente ao custeio da saúde pública, mesmo assim, confira a opinião dos brasileiros:

Item	Percentual
Contra	72%
A favor	20%
Não sabe/não respondeu	7%

Realidade: O percentual de rejeição à volta da CPMF chega a 88% entre os entrevistados com renda familiar acima de 10 salários mínimos e 85% entre os que possuem nível superior. Entre as regiões, a Sudeste é a que apresenta o maior nível de rejeição no país: 80% dos entrevistados são contra a recriação do imposto. Já na região Nordeste, o percentual de respostas contrárias cai para 62%.

O brasileiro tende a associar a má qualidade dos serviços de saúde à má gestão dos recursos públicos. Isso é um fato constatado por meio da pesquisa. Como visto anteriormente, a maioria dos brasileiros acredita que o governo já arrecada muito e não precisa aumentar mais os impostos para melhorar os serviços públicos.

Defrontados com a frase *“A baixa qualidade dos serviços de saúde deve-se à má utilização dos recursos públicos do que à falta deles”*, 63% dos entrevistados concorda totalmente com a afirmação e 18% concordam em parte. Apenas 9% dos entrevistados discordam, em parte ou totalmente, dessa afirmação. •

Item	Percentual
Concorda totalmente	63%
Concorda em parte	18%
Discorda em parte	6%
Discorda totalmente	3%
Não sabe/não respondeu	10%

Sobre a pesquisa

A pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira: Qualidade dos serviços públicos e tributação” foi realizada entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2010 e divulgada em março deste ano. A amostra é representativa da população nacional, com 2002 entrevistas realizadas com brasileiros de 16 anos ou mais em 140 municípios do País. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, sobre os resultados encontrados.

Tarifa Social é um dos mecanismos que ajudam a universalizar o saneamento

Apesar de perderem arrecadação, o programa de tarifa social é uma forma de as companhias contribuírem com o desenvolvimento do país.

Assessoria de Imprensa da Aesbe

As 25 companhias estaduais de saneamento básico no país possuem características, métodos e sistemas diferentes para atender a suas realidades, mas o objetivo de todas é um só: a universalização da prestação dos serviços de abastecimento público de água e coleta e tratamento dos esgotos sanitários.

De acordo com a Lei nº 11.445/07, universalizar quer dizer garantir a prestação desses serviços com regularidade e qualidade. É exatamente pensando dessa forma que as companhias estaduais aderiram a um programa que assegura que algumas famílias de baixa renda tenham água em suas torneiras, além de terem, também, seus esgotos coletados e tratados, em algumas regiões. O programa é o “Tarifa Social”.

A tarifa social é um mecanismo que cria condições para que a população de baixa renda se beneficie do saneamento básico, pagando por isso um valor menor que o valor da tarifa média praticada. Os critérios de seleção dos beneficiados levam em conta principalmente a tipologia do imóvel e o consumo do cliente.

As famílias beneficiadas com a tarifa social têm direito a consumir 10 mil metros cúbicos de água por mês. Além de ser uma ação social das empresas de saneamento, o programa de tarifa social também é amparado pela Lei Federal nº 11.445/07 que define a universalização dos serviços e prevê o



Divulgação/Casal

Funcionários da Casal, entrevistam consumidora para conceder o benefício

atendimento às famílias de baixa renda, com preços módicos.

Além disso, cada estado brasileiro tem liberdade para deliberar sobre os aspectos que envolvem a tarifa social, por isso existem diversas leis que estabelecem critérios e valores e determinam obrigações, deveres e direitos.

Em média, o percentual da carteira de clientes das companhias beneficiados com o programa da tarifa social beira os 10%. E isso só é possível graças à política tarifária de subsídios, amparada em legislação, por meio da qual quem consome mais e tem maior renda paga mais. Esse desenho é necessário ao equilíbrio econômico-financeiro das empresas e, também, para que elas possam continuar prestando serviços com a qualidade e na quantidade demandada pela população, portanto, a política tarifária deve estabelecer os mecanismos de compensação que

permitam universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico.

Apesar de as companhias saberem que poderiam aumentar sua arrecadação cobrando a mesma tarifa comercial, usada no cálculo das contas dos demais imóveis residenciais, elas também têm a certeza de que esse valor que deixa de entrar no caixa é inteiramente revertido em benefícios diretos à população e, ainda, ao próprio governo.

“As pessoas passam a ter menos doenças causadas por água sem tratamento, como diarreias e, assim, deixam de ir aos hospitais; a dentição melhora, pois há flúor na água; as pessoas se sentem mais dispostos a buscar qualificação profissional; as áreas onde moram são mais bem valorizadas”, explicou Lícia de Freitas, assessora de Marketing da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa).

Apesar desse benefício coletivo, as companhias não recebem incen-

tivos ou contrapartidas dos governos federal, estaduais ou municipais. Todo o investimento é feito com recursos próprios.

Para ser beneficiada com a tarifa social, a família precisa atender a critérios bem definidos, como exemplificado a seguir, destacando-se parte

das exigências de algumas companhias para a concessão do benefício, bem como o valor para um consumo de até 10m³:

Companhia	Critério	Valor em R\$ (Até maio)
	A maior parte dos critérios adotados pelas companhias é igual, por isso, listamos apenas os diferentes. Portanto, os requisitos abaixo não são os únicos para a obtenção do benefício.	
Saneatins	Renda familiar de até um salário mínimo, receber algum tipo de bolsa auxílio, a moradia que demonstre condições inferiores de habitação (lona, madeirite ou outro material similar) ou situadas em conjuntos habitacionais doados por governos;	6,00
Cagece	O imóvel deverá ter a destinação somente residencial e o consumo não poderá ultrapassar 10m ³ , não poderá ter acabamento como forros, garagem e nem jardim;	0,65*
Embasa	A Embasa aproveita o cadastro feito pelo governo federal para conceder o Bolsa Família, dessa forma, todos os beneficiados nesse programa são automaticamente incluídos na tarifa social da companhia. E todos os imóveis construídos por meio do programa Minha Casa Minha Vida também entram automaticamente na tarifa social;	7,00
Compesa	O consumo de energia elétrica não pode ultrapassar 80 kW de energia e o imóvel não pode ter mais que 60m ² ;	5,00**
Copasa	O imóvel não pode ter mais que 44m ² , o consumo real mensal não pode ultrapassar 15m ³ , para ser cadastrado no programa, o cliente deverá estar adimplente com a empresa. Ficam excluídos dos benefícios da tarifa social os clientes que prestarem informações falsas a respeito da área do imóvel ou que tenham feito ampliações no mesmo, ultrapassando o limite de 44m ² ;	16,90****
Casal	Ser participante de qualquer programa do governo federal e ter uma renda familiar igual ou menor que um salário mínimo e meio;	10,35***
Caern	O imóvel não deve utilizar caixa d'água elevada e precisa estar localizado em área de baixa renda, reconhecida oficialmente pela prefeitura e o tamanho máximo permitido para o imóvel é de 50m ² ;	4,58
Cesan	A Agência de Regulação do ES, atualmente, está estudando novos requisitos e, ainda, não os informou à Cesan.	7,70 ^(a) e 6,50 ^(b)
Cagepa	Estar inscrito em algum programa do governo federal e estar em dia com as contas da companhia.	10,56 ^(c)

(a) Valor cobrado na Grande Vitória;

(b) Valor cobrado no interior do Espírito Santo;

(c) Esse é o valor cobrado das famílias atendidas apenas com água. Já o valor cobrado das famílias que também têm esgoto é R\$ 13,20.

* Neste ano a Cagece adotou um novo sistema. O cliente pagará pelo que, efetivamente, consumir, ou seja, R\$ 0,65 por m³ consumido. Se ultrapassar esse limite de 10m³, o consumidor perde o direito ao programa;

** O Decreto Estadual nº 34028/09 isentou os beneficiários da tarifa social de pagar o valor

referente à coleta e ao tratamento de esgoto sanitário em todo o território pernambucano;

*** A tarifa social que custa R\$ 10,35 dá direito de o beneficiário consumir até 20m³;

**** A tarifa social da Copasa prevê um consumo de até 15m³. A companhia tem três tipos de tarifas, conforme exposto abaixo:

Tarifa	6m ³	10m ³	15m ³
Só água	6,63	8,89	19,51
Água + coleta de esgoto	9,51	12,75	27,96
Água + coleta e tratamento de esgoto	12,60	16,90	37,06

Desperdício é quase zero nos imóveis beneficiados com a tarifa social

Um das principais preocupações das companhias de saneamento do país é o uso desmedido da água tratada. Em todas as regiões do Brasil, são constantes as campanhas de consumo racional que orientam sobre os prejuízos econômicos ambientais e sociais. Desvantagens que vão desde uma conta muito alta no fim do mês até o desabastecimento de algumas regiões por falta de pressão na rede são apenas alguns dos itens listados pelos técnicos das companhias na hora de argumentar a respeito do uso consciente desse bem tão precioso.

E, apesar das constantes campanhas, os técnicos das empresas estaduais de água e esgoto perceberam que os consumidores beneficiados com a tarifa social estão entre os que menos desperdiçam água.

Na Companhia de Saneamento do Tocantins (Saneatins) o desperdício é combatido graças ao trabalho de educação ambiental proativo que é desenvolvido com mais de 90% das famílias beneficiadas.

O mesmo resultado de ações de difusão de informações acerca do consumo racional de água é obtido pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). Mesmo sabendo que podem consumir até 10m³, as famílias beneficiadas com a tarifa social não se arriscam e a média de consumo é de 6m³. A mesma coisa acontece com as famílias de Pernambuco e da Paraíba. De acordo com as companhias pernambucana (Compesa) e paraibana (Cagepa), um micromedidor foi instalado em cada

imóvel e, assim, o consumo não costuma ultrapassar o limite máximo.

E essa realidade não para de se repetir. Em Minas Gerais, a Copasa informou o seguinte: “Levando-se em conta o limite de consumo mensal estabelecido para concessão do benefício da Tarifa Social e a importância dos descontos nos valores das contas das famílias contempladas, pode-se considerar que há um consumo racional da água, visando à permanência do benefício”, comentou o superintendente comercial da Copasa, Cláudio Gomes.

Para a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), conviver com o desperdício de água, infelizmente, é uma cons-

tante na rotina das companhias. “Essa perda à jusante do medidor é uma realidade a ser combatida com educação e disciplina. A ideia de abundância remete ao desperdício principalmente se for de graça”, comentou a gerente de Marketing da Embasa, Lícia de Freitas.

Entretanto, o fato de a Embasa, juntamente com a maioria das companhias de saneamento, cobrar tarifas de forma progressiva, ou seja, por faixas de consumo, inibe o desperdício, principalmente pelo fato de existir um valor crescente, mesmo que diferenciado na tarifa social. O princípio dessa cobrança progressiva é simples: quem consome mais, paga mais. •



SHUTTERSTOCK

Obras da Sanesul em Corumbá garantem proteção ao Pantanal

Assessoria de Imprensa da Sanesul

As obras de saneamento da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) em Corumbá garantiram a instalação da primeira estação de tratamento de esgoto (ETE) do Pantanal sul-mato-grossense, assegurando a proteção de um dos principais rios do estado. A ETE Olaria já está concluída e em operação. Outra ETE, a Maria Leite, na mesma cidade, também está ficando pronta e outras melhorias estão sendo construídas. Os recursos são do PAC 1 (Programa de Aceleração do Crescimento), com contrapartida da Sanesul e do governo do estado, e somam R\$ 55 milhões.

Corumbá fica a 420 quilômetros de Campo Grande e se localiza no meio do Pantanal. Banhada pelo rio Paraguai, a cidade não possuía um metro de rede de tratamento de esgoto e boa parte era jogada diretamente no rio. Por

causa do solo rochoso, a perfuração de fossas sépticas foi difícil. “Os projetos da Sanesul garantem que esse panorama mudará, protegendo a cidade, o Pantanal e a saúde da população”, afirma o presidente da Sanesul, José Carlos Barbosa. O investimento permitirá que a cidade tenha 70% de cobertura de esgotamento.

No total, o projeto prevê a implantação de duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE): Olaria e Maria Leite, que está em fase final de construção, devendo ser concluída nos próximos meses. Com as redes e ligações domiciliares, as obras vão auxiliar na preservação da bacia do rio Paraguai e garantir a qualidade de vida e a saúde dos mais de 100 mil corumbaenses que, até então, utilizavam-se clandestinamente das galerias pluviais (que coletam água das chuvas) para descartar seus esgotos.

As obras estão 68% concluídas. O número corresponde aos trabalhos executados até o início do mês de abril de 2011. Desde o início do PAC, a Sanesul está entre os líderes no *ranking* de execução em nível nacional. O ritmo atual assegurou à empresa o primeiro lugar na última avaliação feita pela Caixa Econômica Federal.

“Apesar das dificuldades para a execução das obras em Corumbá, a Sanesul está cobrando das empreiteiras que trabalhem no melhor ritmo possível, pois os benefícios gerados pelas obras serão sentidos pela população por muito tempo”, esclarece José Carlos.

No município, é preciso usar explosivos para escavar as valas onde são colocados os tubos de esgoto. Por esse motivo, a obra é mais lenta, pois é necessário garantir a segurança no trabalho. •

SHUTTERSTOCK





NA NATUREZA, NADA FUNCIONA SOZINHO.

A Petrobras investe para ter processos cada vez mais eficientes e ambientalmente mais limpos, com redução de resíduos, efluentes e intensidade de emissões e com menor consumo de recursos naturais. Além disso, apoia projetos de água e clima em dezenas de bacias hidrográficas e ecossistemas brasileiros através do Programa Petrobras Ambiental, que, de 2008 até 2012, investirá 500 milhões de reais. Um compromisso da Petrobras com as próximas gerações.



Foto pato mergulhão: Adriano Gambarini.

FELIZ DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE
E FELIZ ANO INTERNACIONAL DAS FLORESTAS.



Ministério de Minas e Energia



O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Projeto da Caern transforma moradores em multiplicadores ambientais

Assessoria de Imprensa da Caern

O projeto de educação ambiental “Ambiente Vivo” desenvolvido pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) está mobilizando todas as 14 escolas localizadas no município de Afonso Bezerra, na região central do estado, situado a 168 quilômetros de Natal. A iniciativa, que conta com a parceria da prefeitura, transformará cerca de 3,5 mil alunos, professores e agentes de saúde em multiplicadores ambientais.

O “Ambiente Vivo” estimula a discussão de temas relacionados à questão do saneamento básico, em especial, o uso racional da água e a correta utilização do sistema de esgotamento sanitário. Afonso Bezerra possui 60% de rede coletora de esgotos e, apesar do índice, superior a cidades como Natal, por exemplo, é grande a incidência de ligações clandestinas e obstruções (transbordamentos) provocadas pela utilização inadequada do sistema.

“Estamos orientando a população e mostrando a ela que saneamento básico é uma ação coletiva, que depende da participação não só do poder público, mas de toda a sociedade”, enfatiza a coordenadora do projeto, Roberta Medeiros. Segundo ela, após o trabalho de mobilização de agentes de saúde e professores, os alunos farão trabalhos e atividades sobre a questão do saneamento básico dentro e fora de sala de aula.

Para a professora Maria da Conceição Félix de Lima, da Escola Municipal Bom Jesus, o projeto dará suporte aos educadores e melhorará as condições de vida da população de Afonso Bezerra. “Educar as crianças e jovens do nosso município sobre a importância da preservação do meio ambiente é a melhor forma de conscientização”, destaca. •

Fotos: Caern



Início da solenidade de abertura



Geral do público



População aderiu, satisfeita, ao programa



Entrega de material educativo para a população

Comitiva do Sudão visita Caesb

Assessoria de Imprensa da Caesb

MARCO PEIXOTO



Membros da comitiva visitam a barragem do Descoberto, no Distrito Federal

A qualidade da água do Distrito Federal chamou a atenção, mais uma vez, de países de outros continentes. Uma comitiva do Sudão, país da África, foi recebida no fim de abril, pelo presidente da Caesb, Célio Biavatti e pelo Diretor de Operação e Manutenção, Acylino dos Santos Neto. O Governador de Khartoum, Abdulrhman Ahmed Al Khidir, e mais nove membros do governo de seu estado, acompanhados do embaixador do Sudão no Brasil, Abd Elghani Elkarim, e sua comitiva, conheceram de perto as tecnologias e soluções para o abastecimento de água.

Durante visita à Estação de Tratamento de Água (ETA) do rio Descoberto, o governador de Khartoum explicou que seu estado é um dos maiores do Sudão e, assim como todo o país, está em pleno desenvolvimento. Para ele,

o abastecimento de água é fator fundamental para garantir o crescimento e a melhoria da saúde da população, que ainda carece de atendimento com saneamento básico.

O sistema de abastecimento de água da capital brasileira chamou a atenção dos visitantes pelo elevado nível tecnológico empregado e pela excelente qualidade. O governador e os ministros querem implantar em Khartoum tecnologias semelhantes às utilizadas em Brasília. “O Brasil tem muitas histórias de sucesso em vários setores. O Sudão é um país em desenvolvimento e pode se beneficiar da tecnologia e *know-how* brasileiro em diversos campos”, explicou o embaixador Abd Elghani Elkarim. Acrescentando que ficou muito impressionado com Brasília e, principalmente, com a quali-

dade da água que pode ser comprovada num simples gole.

Tânia Balow, superintendente de Tratamento de Água, afirmou que todos os integrantes da comitiva ficaram surpresos ao conhecer o processo de tratamento e especialmente o reaproveitamento da água de lavagem dos filtros, tecnologia usada para evitar perdas de água no sistema.

Segundo o embaixador sudanês, ambos os países têm muitas similaridades. O Brasil é o maior país em extensão territorial da América do Sul e o Sudão, o maior da África. “Ambos são caracterizados por grandes diversidades étnicas, raciais, culturais e religiosas”, acrescentou. Elkarim lembrou também que o Sudão é um país agrícola como o Brasil e, por isso, acredita que podem trocar experiências. •

Ceará cresceu 43,68% na cobertura de esgoto em 10 anos

Assessoria de Imprensa da Cagece

O número de domicílios ligados à rede de esgoto ou de águas de chuva, no Ceará, cresceu 43,68% de 2000 a 2010. É o que mostram os primeiros resultados do Censo Demográfico 2010, divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). No Ceará, o estudo aponta também que o índice de imóveis ligados à rede de esgoto ou de águas pluviais chegou a 32,76%, em 2010. Ainda de acordo com a pesquisa, no período de 2000 a 2010, o Ceará teve um crescimento superior ao do Brasil que foi de 14,09% e do Nordeste que chegou a 27,90%.

Os dados do Ipece também apontam que a maior elevação do percentual de domicílios com abastecimento de água adequado (por meio de rede de distribuição) foi a do Ceará. No estado, esse índice passou de 60,8% em 2000, para 77,2% em 2010, representando um crescimento de 27,01% (contra um aumento de 6,46% no Brasil, no mesmo período). Com isso, o índice de abastecimento por rede no Ceará aproxima-se da média nacional que foi de 82,85%, em 2010.

Segundo André Facó, Diretor de Operações da Cagece, a Companhia tem como metas ampliar a cobertura de esgoto, até 2012, para 45%, com um investimento total de R\$ 340 milhões. Já na capital, a meta é chegar a 65%, até 2012. Também vale destacar que todo o esgoto coletado pela Cagece é tratado antes de ser despejado nos mananciais receptores. A Cagece é responsável pelos serviços

de água e esgoto de 150 dos 184 municípios cearenses.

O valor previsto para ser investido pelo governo do estado em saneamento, por meio da Cagece, para o ano de 2011 é de R\$ 380.003.740,94. Entre os grandes investimentos no ano estão a Estação de Tratamento de Água Oeste (Caucaia - R\$ 57,2 milhões), a ampliação do complexo integrado do Jaburu (na região da Ibiapaba - R\$ 31,2 milhões), o Macrossistema de Esgoto (em

Fortaleza - R\$15,3 milhões) e as obras de ampliação das redes de esgoto em Fortaleza. Em 2010, o investimento foi de R\$ 230.027.728,72.

Para os anos de 2012 a 2014, já estão assegurados cerca de R\$ 359 milhões para 2012, de R\$ 131,2 milhões para 2013 e R\$ 139,9 milhões para 2014, totalizando um investimento de R\$ 1.011.158.557,65, de 2011 a 2014.

Confira o estudo completo no www.ipece.ce.gov.br. •

Por todos os cantos da cidade, obras da Cagece asseguram qualidade de vida para os cearenses

FOTOS: CAGECE



Cesan repassará recursos para produtores rurais preservarem nascentes de rios

Assessoria de Imprensa da Cesan

A Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e produtores rurais dos municípios de Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá firmaram convênio para a preservação das nascentes e áreas de recarga dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória, dentro do “Projeto Nascentes”. Por meio das associações de produtores rurais desses municípios, a empresa vai repassar R\$ 98 mil aos agricultores. As associações vão gerenciar a execução do projeto e os agricultores vão atuar recuperando a vegetação de regiões devastadas e protegendo as áreas de nascentes.

Com o investimento, a empresa vai proteger 6,78 hectares de vegetação, sendo 4,7 hectares de áreas recuperadas, beneficiando diretamente 74 agricultores dos municípios de Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Ao todo, o projeto vai recuperar e manter 17 áreas das bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória. Com a preservação das áreas de nascentes, 1,6 milhão de capixabas serão beneficiados.

“O Espírito Santo é um estado pobre em recursos hídricos. Por isso, temos de conservar essa água e distribuí-la para atender à população e ao crescimento econômico, preservando a natureza”, destacou Luiz Moulin, diretor do Meio Ambiente e Administração da Cesan. Ele ressaltou ainda a importância dos agricultores no desenvolvimento do Projeto Nascentes. “Os senhores, que já são produtores de alimentos, também serão produtores de água, guardiões das nascentes dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória”, afirmou.

DIVULGAÇÃO/CESAN



Os produtores rurais receberam kits para subsidiar no trabalho de preservação

Jorge Francisco Zatta, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Jetibá, comentou que os gastos para tratar a água são cada vez maiores e melhorar a qualidade da água é o principal desafio. “Nós, agricultores, devemos ser difusores do projeto nas nossas comunidades, pois a água é um bem escasso”, disse.

O presidente da Associação de Agricultores de Boa Esperança, em Domingos Martins, Odilson Bourguignon, ressaltou a importância da participação dos agricultores. “Para que a iniciativa dê certo, precisamos da colaboração de todos os associados no desenvolvimento do Projeto Nascentes”, afirmou. •

Saiba Mais

O “Projeto Nascentes” tem como objetivo principal aumentar a produção de água e melhorar sua qualidade, em parceria com os produtores rurais das bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória, que banham dez municípios da Grande Vitória e da Região Centro-Serrana do estado. Lançado no dia 22 de março deste ano, em comemoração ao Dia Mundial da Água, o projeto também vai contribuir com a meta do governo do estado no aumento da cobertura florestal e para difundir boas práticas de conservação do solo.

Copasa é exemplo de projetos ambientais

Assessoria de Imprensa da Copasa

Minas Gerais é conhecido como a “caixa d’água do Brasil” por abrigar as principais bacias hidrográficas brasileiras fora da região amazônica. Toda essa riqueza hídrica sempre foi reconhecida pela Copasa, que sempre valorizou sua importância não só como recurso estratégico, mas também como recurso vital para o desenvolvimento socioambiental.

A Companhia reafirma, a cada dia, seu compromisso com a preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável e a preservação e revitalização dos recursos hídricos no estado. O Programa de Proteção e Preservação Ambiental foi institucionalizado pela Copasa para unir as diversas ações desenvolvidas pela empresa, englobando: Projetos de Proteção de Mananciais captados; Programa Chuá de Educação Sanitária e Ambiental; Educação para o Consumo de Água; e implantação de Reservas Ambientais para Proteção

de Mananciais com ações permanentes de Vigilância e de Prevenção e Combate a Incêndios.

Os Projetos de Proteção de Mananciais têm como principal objetivo a recuperação e preservação das sub-bacias hidrográficas dos mananciais utilizados pela empresa para captação de água para abastecimento público. Nessas áreas, a Copasa realiza ações ambientais que favorecem o aumento da disponibilidade e da qualidade da água utilizada para abastecimento público.

O Programa Chuá de Educação Sanitária e Ambiental da Copasa tem como objetivo aproximar a empresa de seus públicos. Nesse sentido, são realizadas visitas às diversas unidades da empresa, buscando a conscientização das pessoas sobre a importância dos cuidados com a água, com a destinação adequada do lixo, higiene pessoal, entre outros temas importantes para a

FOTOS: COPASA



Mudas produzidas no viveiro mantido pela Copasa

formação de cidadãos comprometidos com os valores ecológicos.

A Copasa mantém também quase 25 mil hectares de áreas de proteção de mananciais integralmente protegidas nas quais desenvolve, também, ações efetivas no que se refere à prevenção e combate a incêndios. Nesse sentido, a empresa mantém equipes de brigadistas que monitoram, 24 horas por dia, suas áreas de preservação. A equipe recebe, anualmente, treinamentos e faz reciclagem sobre as normas de combate ao fogo. Alia-se à brigada, a Companhia possui um trabalho de recuperação de aceiros e fiscalização nas matas instalando, inclusive, postos de observação em pontos estratégicos.

O Programa Educação para o Consumo de Água consiste em palestras em empresas, indústrias, hospitais, escolas e órgãos públicos, com o objetivo de sensibilizar da população quanto à importância do uso racional de água, considerando os seus aspectos ambientais, culturais e mercadológicos, visando à preservação dos recursos naturais do planeta. •



Estudantes, durante visita às instalações da Companhia

Saneatins comemora 22 anos

Assessoria de Imprensa da Saneatins

Ao completar 22 anos, a Companhia de Saneamento do Tocantins (Saneatins) comemora o fortalecimento da empresa, levando qualidade de vida a 1.236 milhão de pessoas que possuem em seus domicílios a rede de abastecimento de água tratada. Sempre preocupada com a preservação do meio ambiente, investe em grandes projetos de educação ambiental e sustentabilidade, como o EAD Portal da Educação a Distância, Caravana do Goinha, Caravana da Água, Taquarussu: uma Fonte de Vida.

A companhia de saneamento conta com uma equipe de mais de 1500 profissionais competentes e dedicados, que trabalham arduamente para levar a todos os 125 municípios do Tocantins a segurança de consumir uma água tratada com qualidade.

A coleta e tratamento de esgoto atende a 202,14 mil habitantes e a Saneatins tem o orgulho de dizer que 100% do esgoto coletado são tratados antes de ser levado de volta ao meio ambiente.

O progresso do saneamento básico no Tocantins caminha a passos largos e cada vez mais a companhia investe nos indivíduos formadores dessa instituição, tão importante para toda a sociedade.

A Saneatins tem como meta para este ano ampliar a rede de esgoto e trabalhar projetos de desenvolvimento sustentável, tendo como principal preocupação a preservação ambiental e a qualidade de vida de toda a população. •

Evoluímos junto ao Meio Ambiente



SPECO®

Equipamentos para tratamento de águas residuais e proteção do Meio Ambiente

ESTAÇÃO COMPACTA DE PRÉ-TRATAMENTO DE EFLUENTE MOD. ZTSF



- ▶ Na SPECO® somos especialistas no desenvolvimento e fabricação de equipamentos para o Meio Ambiente
- ▶ Serviço de Pré e Pós venda qualificado com assessoria e assistência técnica.
- ▶ Equipamentos com Qualidade a um preço competitivo.
- ▶ Peneiras Rotativas, Classificadores de Areia e Roscas sem Eixo



WAM®

WAM Do Brasil Equipamentos Industriais Ltda.
São José dos Campos SP - tel: +55 / 12 / 3933 5000
comercial@wam.com.br - www.wam.com.br



SHUTTERSTOCK

Escolinha da Saneago é exemplo para recuperação e preservação ambiental

Assessoria de Imprensa da Saneago

FOTOS: SANEAGO



A Saneago recuperou áreas devastadas em volta da escolinha

Antes devastada por queimadas e derrubadas ilegais, a área de 22 alqueires onde está instalada a *Escolinha ABC-S Saneago* hoje está praticamente toda reflorestada com espécies nativas do cerrado. A recuperação é consequência do trabalho desenvolvido ali com os mais de 250 mil alunos de escolas públicas estaduais e municipais e do ensino privado que lá estiveram. São estudantes de todos os níveis, do fundamental ao superior, inclusive de cursos de pós-graduação. A área física tem espaço para administração, sala de professores e sala de aula com 80 carteiras, e é equipada

com sistema de som, projetores de vídeo e retroprojetores.

As palestras são voltadas para Educação Ambiental, ministradas por técnicos e engenheiros da própria companhia e professores de universidades conveniadas, como UEG – Universidade Estadual de Goiás; UFG – Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica–PUC Goiás, com abordagens pertinentes ao nível de escolaridade dos alunos visitantes. Os estudantes de nível superior em sua maioria cursam Biologia e Engenharia (áreas civil e ambiental), passando por Medicina, Enfermagem e Segurança do Trabalho.

A bióloga Aparecida Domingues da Cunha, professora e diretora da Escolinha da Saneago, explica que a intenção inicial era que cada turma plantasse algumas árvores, um ato simbólico que serviria de exemplo para futuras gerações de estudantes. A idéia superou as expectativas iniciais e as instituições ligadas à área ambiental – Emater, Prefeitura de Goiânia, Secretaria Estadual de Agricultura, além das próprias universidades – passaram a colaborar com o projeto, por meio da doação de mudas nativas do cerrado.

A diretora detalha ainda o efeito multiplicador das aulas, já que alunos dos ensinos fundamental e médio levam para as famílias os ensinamentos e cobram em casa os cuidados com o meio ambiente, como a preservação de nascentes e matas ciliares, risco e prejuízo causados pelas queimadas e os reflexos positivos desses cuidados para nossas fauna e flora e, em especial, para um futuro melhor para todos.

A Escolinha Saneago está instalada na área da Estação de Tratamento de Água – ETA-Goiânia, a maior do estado e que ocupa apenas 10% dos 22 alqueires com edificações, tanques e espaço para maquinário. As aulas acontecem nos períodos matutino e vespertino e a Escolinha disponibiliza o transporte de ida e volta para alunos da região metropolitana de Goiânia. O agendamento é feito por e-mail ou telefone, por diretores ou secretários das unidades de ensino. •



Produção de mudas nativas é fundamental para o reflorestamento

Sanepar instala 23 mil tampas “antifurto” nos registros de calçadas

Assessoria de Imprensa da Sanepar

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) vem substituindo as tampas de ferro de registros instalados em calçadas por novas tampas de polietileno com chave. Mais seguras, as novas tampas também inibem furtos e atos de vandalismo. O prejuízo da Sanepar com o furto de tampas e outras peças de ferro já chegou a R\$ 1 milhão por ano. Até o mês passado, 23 mil tampas foram substituídas.

O modelo de polietileno foi idealizado pelo gestor de materiais Jonas da Silva, técnico da unidade da Sanepar no bairro Tarumã, em Curitiba. “Pensei numa solução para o problema dos furtos e também em melhorar a segurança e a facilidade de manuseio”,

explica Jonas. A nova tampa também é mais leve. Pesa 1,5 kg, bem menos que os 20 kg da tampa de ferro, o que facilita o transporte e a armazenagem.

Com chave, a tampa de polietileno impede o despejo de lixo no poço do registro. “Muita gente joga terra, pedras, latas, garrafas pet e outros materiais nos poços de acesso aos registros”, conta Jonas. O lixo prejudica o funcionamento do registro e pode causar alagamentos. O furto do equipamento, além

do prejuízo financeiro, cria risco de acidentes para pedestres. A profundidade dos poços, também chamados de abrigos de registro, varia de 80 centímetros a 2,5 metros. •

DIVULGAÇÃO/SANEPAR



Equipamento simples dificulta vandalismo

EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS E CONTROLE DE PROCESSOS ON-LINE

<p>Colorímetros portáteis</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Cloro ● Fluor ● Cor  <p>Turbidímetro</p>  <p>A Analyser possui uma equipe especializada em aplicações, desenvolvimento de métodos, instalação e treinamento ao cliente. Efetuamos contratos de manutenção interna e externa para toda linha.</p>	<p>Série Star de Medidores Duplo Canal</p> <p>pH / Condutividade / Oxigênio Dissolvido / ORP / Temperatura Ion Seletivo</p> <p>“VÁRIAS OPÇÕES DE ESCOLHA”</p>  <ul style="list-style-type: none"> ● Bancada ● Portátil ● A prova d'água ● Com apenas um elemento ou vários (multiparâmetros) 	<p style="text-align: right;">Representante Autorizado</p> <p style="text-align: right; font-size: 1.2em; font-weight: bold; color: red;">Thermo Orion</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;">  <p>Monitor de Fluoreto</p> </div> <div style="width: 45%;">  <p>Turbidímetro</p> </div> </div> <p>Equipamentos para processos on-line:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li style="width: 50%;">● Fluoreto <li style="width: 50%;">● Amônia <li style="width: 50%;">● Turbidez (Alto/Baixa) <li style="width: 50%;">● TOC <li style="width: 50%;">● OD Óptico <li style="width: 50%;">● Condutividade <li style="width: 50%;">● pH <li style="width: 50%;">● Entre Outros <li style="width: 50%;">● Cloro Livre (amperométricos com correção de pH)
--	---	--

ANALYSER COM. E IND. LTDA

fone: (5511)2646-5666

e-mail: vendas@analyser.com.br / www.analyser.com.br

Sabesp inova e convida fornecedores a não emitir gases de efeito estufa

Assessoria de Imprensa da Sabesp

Para estimular a adesão de seus fornecedores ao CDP (*Carbon Disclosure Project*) – programa que estuda como os negócios das empresas impactam na geração de gases de efeito estufa –, a Sabesp realizou em maio o workshop *Carbon Disclosure Project Suplly Chain – CDP na Cadeia de Suprimentos*. A companhia é a

primeira na área de saneamento, no Brasil, a participar do CDP e aderir-lo na cadeia de suprimentos.

O CDP propõe que as empresas façam um controle da emissão de gases de efeito estufa e procurem compensar essa emissão estudando a adoção de medidas que possam reduzi-la. Desde 2006, a Sabesp participa do CDP

e, no ano passado, aderiu ao CDP na cadeia de suprimentos.

Como o objetivo era induzir os fornecedores-parceiros a aderirem ao programa, nada melhor que citar o próprio exemplo. O superintendente de Suprimentos e Contratações Estratégicas da Sabesp, Álvaro Manuel Santos Mendes, mostrou o que fez a companhia. Em 2008, por exemplo, foi colocado em prática o programa de otimização de estoques, que introduziu alterações nos processos e sistema de compras e permitiu um controle mais efetivo do estoque e das aquisições de materiais.

A Sabesp passou a exigir de seus fornecedores compromisso total com o meio ambiente. Eles têm de cumprir a legislação ambiental, com a apresentação de licenças de instalação e operação emitidas pelos órgãos que regulam o setor. A Sabesp também realiza uma avaliação de riscos toxicológicos, principalmente nos produtos destinados ao uso nas estações de tratamento de água e esgoto. •

E mais...

A Sabesp passou a adotar o seguinte em suas compras:

Condicionadores de ar, refrigeradores e freezers só são adquiridos de empresas que os produzam a partir do uso de gás ecológico e consumo de energia categoria A (mais econômico);

Papel sulfite só é adquirido se o fabricante tiver as certificações FSC ou Certiflor;

Tintas: só são usadas as produzidas à base de água; válvulas de descarga e bacias sanitárias têm que ter volume reduzido de água (6 litros);

Telhas só são adquiridas as de fabricantes que trabalham com fibra vegetal orgânica.

Quem não se enquadrar a essas exigências não participa de licitações.

SHUTTERSTOCK



Aesbe pleiteia *amicus curiae* em ação da Corsan

Assessoria de Imprensa da Aesbe

A Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe) protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), no início de maio, uma petição habilitando-se a participar como *amicus curiae* nos autos do Recurso Extraordinário nº 342314, movido pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) em face da União.

Na ação, a Corsan pede o reconhecimento de sua imunidade tributária quanto aos impostos federais, tendo em vista que a Companhia de Saneamento é uma sociedade de economia mista estatal sem nenhum percentual de capital privado e presta serviços públicos essenciais: captação, tratamento e fornecimento de água tratada e coleta, tratamento e lançamento do esgoto.

A ação original tramita desde 1993 e é baseada no seguinte trecho da Constituição Federal:



SHUTTERSTOCK

Seção II

DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

Antes de Construir, clique aqui!

METALICA

"A estrutura metálica é ecologicamente correta, colaborando na preservação da água e do meio ambiente."

www.metallica.com.br

O maior site de informação e negócios da Construção Civil no Brasil. Acesse!



Obras de Infraestrutura
Construção Sustentável
Produtos e Fornecedores
Consultas e Cotações
Artigos Técnicos
Tabelas e Normas
Indicadores de Preço
Notícias do setor

Foto: Vitor de Lima, Shutterstock



Elizabeth Costa de Oliveira Góes

Advogada especializada em Direito do Saneamento, especialista em Direito do Consumidor e da Concorrência pela FGV/RJ; jornalista; e Consultora Jurídica da Aesbe juridico@aesbe.org.br

Como compatibilizar lei e decreto

Recentemente, em um dos muitos fóruns que debatem a implementação da Lei de Diretrizes para o Saneamento e a sua regulamentação aprovada em meados de 2010, uma voz sensata indagou: “Mas, afinal, o que deve ser cumprido, a Lei ou o Decreto?”.

Essa tem sido uma pergunta comum que, mesmo diante de debates e análises jurídicas, não tem uma única resposta. As interpretações sobre a Lei e o Decreto variam a depender do contexto em que se discute e por vezes do “*animus*” do interlocutor.

O fato é que a ausência de diretrizes congruentes que disciplinem o setor

não favorece nenhum dos “*players*” desse cenário.

A responsabilidade do governo federal em viabilizar o aporte de recursos para a ampliação dos investimentos está explícita no Programa de Aceleração do Crescimento. Contudo, as regras para acessar esses recursos, também de sua responsabilidade, são bastante rígidas e extrapolam a própria lei em muitas situações.

A Lei 11.445/2007, por exemplo, determinou em seu artigo 58 que as concessões em caráter precário teriam validade máxima até 31 de dezembro de 2010, desde que fossem cumpridos os seguintes requisitos:

I - levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis nos 20 (vinte) anos anteriores ao da publicação desta Lei;

II - celebração de acordo entre o poder concedente e o concessionário sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, apurados a partir dos levantamentos referidos no inciso I deste parágrafo e auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo pelas partes; e

III - publicação na imprensa oficial de ato formal de autoridade do poder concedente, autorizando a prestação precária dos serviços por prazo de até 6 (seis) meses, renovável até 31 de dezembro de 2008, mediante comprovação do cumprimento do disposto nos incisos I e II deste parágrafo.”

Com a necessidade de regularizar os contratos de prestação dos serviços e a exigência dessa regularização para que se possa captar recursos, determinação oriunda do Ministério das Cidades, a situação do saneamento no país cada vez mais se agrava. Em alguns estados percebemos investimentos em larga escala; em outros, o aceno com a possibilidade de aporte de recursos ainda é uma realidade distante.

Não é novidade afirmar que a Lei incumbiu ao poder concedente um fardo conjunto de obrigações, o que, aliás, já era esperado; entretanto, a própria indefinição decorrente da “disputa” entre estados e municípios pela competência para a prestação dos serviços representa obstáculo à regularização.

Afinal, a quem incumbe cumprir o disposto na Lei?


Para nós, parece óbvio que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios promover a melhoria das condições de saneamento básico e que a prestação de serviços deve seguir os princípios basilares que regem a Administração Pública, entre estes a Supremacia do Interesse Público, a Economicidade, a Eficiência, a Adequação e a Proteção ao Meio Ambiente.

Sendo correto subtrair desses princípios a conclusão de que a prestação de serviços de água e esgoto deve ser planejada a partir do eficiente e adequado aproveitamento e disposição das bacias hidrográficas, da

forma menos onerosa ao universo de usuários, com o propósito de promover o que ficou conhecido como “Welfare State”, que se traduz no Estado de Bem-estar Social.

Isso significa que saneamento tem que ser planejado e realizado em benefício da maioria, sendo a conjugação dos esforços entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios imprescindível.

Mesmo porque, “A União e os Estados não detêm um território diverso daquele que é representado pelo conjunto dos Municípios, de modo que a imensa maioria das questões, por mais abrangentes que sejam, pode ser descrita como afetando também interesses locais. Se essa circunstância, por si só, autorizasse a intervenção



*Não é porque o saneamento é básico
que os tubos também vão ser.*

Nova linha de Esgoto Corrugado Nicoll.

Alta tecnologia em tubos e conexões para instalações de infraestrutura.

- » maior resistência química
- » maior flexibilidade
- » junta elástica com anel nitrílico
- » maior leveza
- » maior produtividade

Nicoll®

É tubo para toda obra

municipal, seu objeto seria praticamente ilimitado, esvaziando a competência dos demais entes” em consonância com o Parecer SANEAMENTO BÁSICO NAS REGIÕES METROPOLITANAS, AGLOMERAÇÕES URBANAS E MICRORREGIÕES: COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS. POSSIBILIDADE DE GESTÃO ASSOCIADA” da lavra do renomado Doutor Luís Roberto Barroso.

A despeito da clareza constitucional e dos princípios que devem orientar os Poderes da República, o exacerbado apego ao positivismo e a necessidade de criar instrumentos que defendam posições ideológicas e políticas tem suplantado a razão.

As mesmas pressões ideológicas que muitas vezes impedem que a totalidade dos estados e municípios atuem em conjunto no planejamento do saneamento básico também fazem surgir normas que geram instabilidade e insegurança jurídica.

Um exemplo claro de um problema advindo das incoerências entre a Lei 11.445/2007 e a regulamentação disposta no Decreto 7.217/2010 está em como tornar possível a prestação de serviços em locais em que não haja viabilidade econômico-financeira.

Esse questionamento deve ser feito com base na interpretação exclusiva do disposto no inciso II, do artigo 11 da Lei 11.445/2007, que determina como condição de validade do contrato de prestação dos serviços “a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação integral dos serviços, nos termos do plano de saneamento”, ou podemos admitir que a viabilidade “seja demonstrada mediante a simples menção da necessidade de aporte de outros recursos além dos emergen-

tes da prestação dos serviços”, com base no §5º do artigo 39 do Decreto 7.217/2010?

Na mesma linha de raciocínio, a Lei define no artigo 29 que “Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços”, enquanto o Decreto dispõe que a sustentabilidade será alcançada mediante “remuneração que permita a recuperação dos custos dos serviços prestados em regime de eficiência”. São sutilezas que alteram fundamentalmente a mesma questão.

E, diante da nova redação introduzida pelo Decreto, resta a dúvida: Quem ou o que vai pagar pelos investimentos ou remunerar o capital, quando for o caso?

As divergências não param aí...

O Decreto, no §2º do artigo 26, dispõe que “A partir do exercício financeiro de 2014, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.”

A Lei, quando dispõe sobre plano de saneamento, apenas o coloca como condição de validade dos contratos, o que nos conduz ao entendimento de que os novos contratos de saneamento devem estar baseados na existência do plano, mas não que os contratos em que não existiam planos devem ser alterados para que se tornem aptos ao recebimento de recursos, como vem sendo difundido pelo Ministério das Cidades nas audiências públicas que discutem o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB.

Poderíamos citar outras situações, mas uma das mais injustificadas regras impostas pelo Decreto e com formato diferente da Lei está na exigência de que o aviso de interrupção da prestação dos serviços deve ser por meio de informação dirigida ao usuário com comprovação de recebimento, conforme inciso XXI do artigo 2º.

Nesse caso, temos que considerar além do fato de que a Lei não dispôs dessa forma, o consequente aumento dos custos advindos dessa nova exigência, as dificuldades na sua implementação e a enorme brecha que se abre para os devedores contumazes, que poderão utilizar-se desse dispositivo para se furtar ao corte dos serviços.

Diante de um quadro que afeta a todos os prestadores dos serviços, regionais ou locais, públicos ou privados, as discrepâncias entre a Lei nº 11.445/2007 e o Decreto nº 7.217/2010 apresentam questões de difícil equacionamento e estão relacionadas às inseguranças institucional, operacional e regulatória, em atrasos nos investimentos e, consequentemente, na maior demora na ampliação do atendimento de água e esgotos sanitários.

O que nos remete ao seguinte questionamento: quem verdadeiramente se incumbirá de garantir que os entraves sejam superados, caberá essa tarefa ao Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo, ou os estados, por meio das companhias de saneamento, continuarão realizando o milagre de prestar os serviços em condições adversas e na maioria dos municípios onde não há viabilidade econômico-financeira, sem que haja uma real política de incentivo e investimentos para o setor.

Quem tiver a resposta, por favor, compartilhe. •

Estudo comprova viabilidade do uso do lodo de esgoto na agricultura

Estudos realizados pela Cesan e Incaper comprovam que o lodo de estações de tratamento de esgoto (ETEs) pode se transformar em fertilizante de ótima qualidade. Uma Unidade de Gerenciamento de Lodo (UGL) está sendo construída na ETE Civit, em Serra, e deve entrar em operação em seis meses para receber todo o lodo gerado nas ETEs da

Região Metropolitana da Grande Vitória. Depois de processado, o resíduo vai para a reciclagem agrícola como adubo. Na implantação da unidade piloto, a Cesan está investindo cerca de R\$ 1,8 milhão. O estudo mostra que o uso desse lodo para reciclagem agrícola, em 25 anos, gerará um benefício ambiental estimado em R\$ 28,95 milhões, uma estimativa mínima para o valor econômico agregado de mitigação ambiental.

FOTOS: SHUTTERSTOCK

Trata Brasil lança “Ciclo de Entrevistas” em seu site



O Instituto Trata Brasil lançou em seu site o programa “Ciclo de Entrevistas”, um espaço em que divulgará, a cada dois meses, entrevistas com personalidades do setor de saneamento. Apresentado pelo Embaixador do Instituto Trata Brasil, o jornalista Adalberto Piotto, no “Ciclo de Entrevistas” haverá debates com seus convidados sobre o cenário atual, os desafios e as soluções para que se alcance a universalização da coleta e tratamento dos esgotos no Brasil. Para assistir, acesse o link: http://www.tratabrasil.org.br/novo_site/hotsite/index.php?secao=5.

Caern consegue diminuir inadimplência

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) continua com o trabalho de negociação de débitos, oferecendo condições especiais para quem pagar à vista ou parcelar dívidas contraídas até 30 de março de 2010. Com o incentivo oferecido pela empresa, os clientes voltam a receber regularmente os serviços de distribuição de água e coleta de esgotos. Em Parnamirim,

o trabalho resultou na recuperação de R\$ 181.821,00, oriundos das dívidas dos clientes que vinham utilizando os serviços de forma clandestina.



Sanesul reforma áreas do centro de reservação e de poços em Iguatemi

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) deu início a obras para reforma das áreas de cinco poços de captação de água e do centro de reservação do município de Iguatemi, na

Gerência Regional Cone-Sul Naviraí. O investimento é próprio, no valor de cerca de R\$ 60 mil. Desde 2007, a Sanesul está investindo mais de R\$ 5 milhões no saneamento básico de Iguatemi. São obras já entregues, em andamento e programadas, além de aquisição de veículos, equipamentos e melhorias institucionais.



FOTOS: SHUTTERSTOCK

Tecnologia agiliza comunicação com equipes da Copasa

O uso de tecnologia tem trazido ótimos resultados na melhoria dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). O sistema de radiocomunicação digital é uma delas e consiste na comunicação entre os empregados durante a execução de serviços em campo, facilitando o gerenciamento das equipes. A Copasa foi pioneira na implantação dessa tecnologia no Brasil. Implantado inicialmente no Distrito de Belo Horizonte Norte, localizado no bairro Santo André, o sistema utiliza modernos rádios digitais, com software específico, que permite, além do envio de mensagens de texto

e transmissão de voz, localizar os veículos em campo, por meio de GPS, o que facilita a programação de serviços para as equipes.



Governo de Israel e Sabesp assinam acordo de cooperação

O ministro da Indústria Comércio e Trabalho de Israel, Shalom Simhon, anunciou em meados de maio a assinatura de parceria entre o governo de Israel e a Sabesp, em evento da Câmara Brasil-Israel. "Fizemos um acordo de cooperação em uma grande lista de assuntos", avaliou o ministro que, embora não tenha detalhado o acordo, deu destaque aos assuntos relacionados à distribuição e segurança de recursos hídricos. O ministro veio acompanhado de 18 companhias da área de telecomunicações, duas do setor de água e saneamento e outras duas do setor de biodiesel.

Caern instalará 12 aeradores em ETE de Natal

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) instalará mais 12 aeradores na Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) do Distrito Industrial de Natal, em Extremoz. A empresa já realizou a licitação para a aquisição dos equipamentos, no valor de R\$ 564 mil, e aguarda a entrega dos materiais. A aquisição, e a conseqüente instalação

dos aeradores no local tem caráter de melhoria ambiental para a população residente no entorno da ETE. Essa ação objetiva eliminar, definitivamente, o desconforto causado pelo forte odor produzido pelo processo de tratamento de efluentes na estação, atendendo aos moradores da região e melhorando a qualidade de vida nas adjacências da ETE.

Seminário da Aesbe na Câmara dos Deputados discutirá a sustentabilidade da gestão do saneamento no Brasil

Especialistas debaterão os problemas do setor

Assessoria de Imprensa da Aesbe

Muito já se ouviu falar sobre sustentabilidade, mas você sabe o que é isso? Sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam a suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que se garanta sua existência no futuro.

Seguindo esses parâmetros, as companhias estaduais de saneamento básico no Brasil, por meio da Aesbe (associação que as representa) estão realizando o seminário “**A Sustentabilidade da Gestão do Saneamento**”. O

evento acontecerá no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, entre os dias 7 e 8 de junho (veja programação).

A Aesbe entende que as atividades de saneamento, fundamentais à preservação do meio ambiente, à manutenção da saúde humana e ao desenvolvimento socioeconômico das regiões, também interferem no equilíbrio ambiental do planeta. “Para reduzir os impactos advindos da operação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, os agentes que compõem o setor de saneamento básico nacional estão mobilizados para promover e discutir iniciativas que visem à sustentabilidade desses serviços, sem impactar os ecossistemas nos quais estão inseri-

dos”, comentou Abelardo de Oliveira Filho, diretor-presidente da Aesbe.

O seminário “**A Sustentabilidade da Gestão do Saneamento**” tem como objetivos apresentar iniciativas ambientais realizadas pelas companhias estaduais de saneamento básico que favoreçam a melhoria e a ampliação dos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto; discutir alternativas econômicas, operacionais e institucionais que promovam a sustentabilidade dos serviços; e difundir a conscientização sobre a importância do saneamento para a sociedade.

Quatro painelistas convidados irão expor informações, trabalhos e ações que orientem o público sobre a atual situação do mundo e, especialmen-

A SUSTENTABILIDADE NA

GESTÃO DO SANEAMENTO

BRASÍLIA - DF | 7 E 8 DE JUNHO DE 2011



Saneamento Básico

te, do Brasil no que diz respeito aos impactos das mudanças climáticas. Ao final de cada painel, os convidados debaterão seus temas numa mesa-redonda que também responderá a perguntas da plateia.

Como painelistas convidados o seminário contará com: **Carlos Tucci**: Consultor do Banco Mundial; **Raul Velloso**: Consultor Econômico especializado em Análise Macroeconômica e Finanças Públicas e Ph.D pela Universidade de Yale, nos EUA; **Nabil Bonduki**: Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; **Silvano Silvério da Costa**: Diretor de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Para a Unesco, mudanças têm um impacto significativo nos padrões climáticos, nas precipitações e no ciclo hidrológico, afetando a disponibilidade de água superficial, assim como a umidade do solo e reposição de água subterrânea. Um recente estudo estima que a mudança climática está acontecendo devido ao crescimento global da escassez de água (20%) e devido ao

crescimento populacional e ao desenvolvimento econômico (80%).

Por isso, o Brasil tem tentado se alinhar às estruturas setoriais, à conjuntura nacional e internacional sobre a questão da mudança climática. Persistem, todavia, problemas de carência de recursos humanos em quantidade e qualidade, deficiências de infraestrutura e logística capazes de atender a questões emergentes do conflito entre desenvolvimento econômico e medidas de proteção, conservação e uso sustentável dos ativos ambientais. •

Programação

Dia 7 de junho

Hora	Atividade
9h	Recepção e entrega de materiais
9h30	Abertura
11h	1º PAINEL – Mudanças Climáticas: os reflexos da gestão sustentável no saneamento
12h30	Almoço
14h	2º PAINEL – A Redução do GEE no Saneamento
15h30	Coffee break
16h	3º PAINEL – Resíduos sólidos: a política e sua implementação
18h	Encerramento do primeiro dia

Dia 8 de junho

Hora	Atividade
9h	4º PAINEL – Os desafios da implementação da Lei nº 11.445/07
10h30	Coffee break
11h	5º PAINEL – Tributação: os impactos do setor e proposição de alternativas para o equacionamento
12h30	Encerramento



O Código Florestal e o setor de saneamento

ARQUIVO PESSOAL

Um dos assuntos que mais têm repercutido no país, nos últimos meses, é, sem dúvida, o Código Florestal. Ambientalistas, políticos e sociedade civil organizada travam embates gigantescos na hora de discutir o que deve ou não deve ser considerado pelo código. O que é fato é que esse documento irá proteger as nascentes dos mananciais que abastecem as cidades. E é desses mananciais que as companhias de saneamento retiram a água bruta para tratá-la e disponibilizá-la na torneira do cliente.

Um dos maiores pensadores do código, o geógrafo Márcio Ackermann*, autor do livro **A Cidade e o Código Florestal**, afirma que o setor de saneamento conta com muitas variáveis de interface que podem fomentar políticas públicas, bem como alavancar oportunidades e expansão das atividades do próprio setor.

Para ele, uma relação direta entre o código e o saneamento, por exemplo, é o fato de as áreas de preservação permanentes, definidas pelo artigo segundo do Código Florestal, também incidirem sobre o ambiente urbano. Ou seja, “o código estabelece que o conceito de Áreas de Proteção Permanente (APP) também é aplicado às cidades, que devem respeitar os princípios e limites estabelecidos por esse artigo”, comentou o autor.

Após o lançamento de seu livro, Márcio Ackermann concedeu uma entrevista à Revista Sanear, na qual explicou um pouco mais sobre essa interface entre o Código Florestal e o saneamento básico. Confira a seguir!

Explique essa correlação entre as APPs e o saneamento.

Márcio: As Áreas de Preservação Permanentes definidas pelo Código Florestal são feições do relevo que exercem funções como proteção e preservação da quantidade e qualidade das águas. Contribui com a recarga dos aquíferos superficiais, permite acúmulo de águas pluviais nos picos de chuva, mitiga processos erosivos, garante estabilidade geológica e geotécnica, como também possibilita territorializar mais de 70% dos assentamentos habitacionais precários com carência de infraestrutura de saneamento no país.

E como elas podem favorecer o setor de saneamento?

Márcio: Essas APPs têm 50 metros de raio no entorno de nascentes que, quando conservadas, garantem permanência do afloramento das águas superficiais, o que é de suma relevância em regiões de mananciais. As faixas marginais aos cursos d’água e reservatórios também visam a conservar a quantidade e a qualidade das águas superficiais. No caso da APP de topo de morro, ela favorece a infiltração das águas e a consequente recarga dos aquíferos, assim como contribui com o controle da erosão e das inundações.

É comum nas cidades brasileiras a ocupação de APPs. O que fazer?

Márcio: A alteração do Código que está em discussão deve prever a gestão das APPs em sítios urbanos, sendo necessário elaborar, inicialmente, para efeito de gestão dessas



Márcio Ackermann, autor de “A Cidade e o Código Florestal”

áreas, um diagnóstico do uso do solo das APPs, mesmo que ocupadas. Isso significa avaliar as funções que as mesmas exerciam e quais tecnologias temos disponíveis para reabilitar e/ou resgatar essas funções, mesmo que parcialmente.

Como é o processo de gestão da APP em sítio urbano?

Márcio: Podemos pensar, por exemplo, no topo de morro onde fica a avenida Paulista, em São Paulo. É uma APP com uma área estimada em 1,6 milhão de m². Ao mapearmos o uso e a ocupação do solo dessa região, descontando vias, passeios públicos e os canteiros centrais da avenida, considerando apenas as edificações existentes, teríamos, numa hipótese, 1 milhão de m² de edificações. Projetando essas edificações com uma média de 100m² de área de implantação para cada edifício, teremos 10.000m² de área edificada. O que é recomendável fazer? Por estar numa área de APP, o poder público



Márcio é um dos defensores do Código Florestal

poderia, por meio de incentivos ou condicionantes tributárias, exigir a instalação de caixas de retenção de águas pluviais, com uma média de 50m³ de capacidade, para cada edificação. Teríamos, desse modo, um volume total de armazenamento de 500.000m³ de água no pico de chuva. É uma intervenção que certamente contribui com o sistema de drenagem urbana. E ainda podemos pensar nisso como uma medida de forte impacto na diminuição do gasto público com um piscinão, por exemplo, que pode custar de R\$ 60 a R\$ 70 milhões. É uma medida adotada em APPs ocupadas em topo de morro nas cidades, que também proporciona novas oportunidades de negócio associados a ações de drenagem não estrutural.

Esse exemplo ilustra a variável de drenagem urbana. Quais outras interfaces o setor de saneamento pode identificar?

Márcio: Numa de minhas pesquisas identifiquei que os assentamentos habitacionais precários, como as

favelas, estão predominantemente edificadas em APPs. Nesse sentido o município, com o apoio do estado, ao mapear suas APPs e o respectivo uso e ocupação do solo, irá constatar que entre 50% a 70% das habitações precárias, carentes de infraestrutura de saneamento e adequadas condições de habitabilidade, estão territorializadas. Sendo que essas áreas mapeadas em APP, por suas características geológicas, geotécnicas, hidrológicas, hidráulicas e epidemiológicas são os setores prioritários para o aporte de investimentos públicos no sentido de reurbanização, regularização urbanística ambiental e nesse contexto toda infraestrutura de saneamento associada. Tal procedimento favorece hierarquizar a análise de projetos para aporte de recursos como os do PAC, por exemplo.

Como a alteração do Código Florestal pode vir a incorporar tais variáveis?

Márcio: Isso pode ocorrer na medida em que os municípios, especial-

mente aqueles em que há a exigência de elaborar um Plano Diretor, mapeiem e façam o diagnóstico do uso e da ocupação do solo das APPs, atrelado a propostas de recuperação, reabilitação ou restauração das APPs. Incorporar esse trabalho de gestão às alterações do Código Florestal, além de subsidiar o município na elaboração de projetos para captação de recursos federais e estaduais, contribui com a gestão ambientalmente sustentável das cidades, como também facilita e justifica a gerência das APPs no perímetro urbano pelo município. Com a ressalva de que esse mapeamento de APP municipal seja de conhecimento formal do Comitê de Bacia Hidrográfica Regional, haja vista a particularidade dessa unidade territorial e a singularidade da APP. Por fim, é importante elencar interações entre a gestão da APP em sítio urbano com uma maior eficiência aos planos municipais de habitação, drenagem, prevenção e controle de riscos como escorregamentos, inundações, ou mesmo de arborização urbana. Estabelecer a gestão da APP em área urbana é uma oportunidade de o Estado brasileiro aperfeiçoar a gestão de suas políticas públicas, de otimizar e hierarquizar aporte de recursos, bem como de subsidiar o município com apoio dos estados a definir particularidades no licenciamento ambiental de APP junto ao perímetro urbano. •

O AUTOR

* Márcio Ackermann é geógrafo, autor do livro *A Cidade e o Código Florestal*, e diretor da Ackermann Consultoria Ambiental. (www.ackermann.com.br)

NOVO EMISSÁRIO SUBMARINO DE SALVADOR

**EMBASA. O FUTURO
É A GENTE QUE FAZ.**

A Embasa está comemorando 40 anos. Uma história marcada por muitas conquistas e trabalho para levar água de qualidade e saneamento para mais de 11 milhões de baianos. A Embasa é a principal executora do Programa Água para Todos, o maior programa de água e saneamento do Brasil, e está entregando o novo Emissário Submarino de Salvador. Investindo nos seus profissionais e na qualidade dos seus serviços, a Embasa conquistou a posição de segunda melhor prestadora de serviços públicos do país*, primeira em gestão de pessoas e terceira em responsabilidade social. Por isso, a Embasa tem muito orgulho de celebrar esta data e muitos motivos para comemorar, sempre olhando para frente, porque o futuro é a gente que faz.





A água sustenta a vida.

Por isso a gente capta, trata e distribui a água com o maior cuidado. E ainda está ampliando a rede de coleta e tratamento de esgoto para preservar as reservas naturais. Respeite você também nossos recursos naturais. Use a água com responsabilidade. Saiba mais em www.casan.com.br

